

1 **Proposta de Resolução Política do 13.º Congresso da JCP**

2 **Índice**

3  
4 **Parte I – O mundo em que vivemos..... 2**

5 **1. Caracterização da Situação Internacional 2**

6 1.1. A luta contra o imperialismo e o relacionamento internacional da JCP ..... 4

7 1.2. Socialismo, futuro da Humanidade ..... 6

8 **2. A Vida da Juventude..... 7**

9 2.1. Situação da Educação ..... 9

10 2.2. Ensino Secundário ..... 9

11 2.3. Ensino Profissional.....12

12 2.4. Ensino Superior .....13

13 2.5. Situação dos Jovens Trabalhadores .....16

14 2.6. Outras Áreas da Vida da Juventude.....18

15 **3. A Ofensiva Ideológica..... 24**

16 **Parte II – Organizar, Unir, Lutar ..... 27**

17 **4. O Movimento Juvenil e a JCP ..... 27**

18 4.1.1. Movimento Estudantil no Ensino Secundário .....28

19 4.1.2. Movimento Estudantil no Ensino Profissional .....30

20 4.1.3. Movimento Estudantil no Ensino Superior .....31

21 4.2. Movimento da Juventude Trabalhadora .....34

22 4.3. Outras expressões do Movimento Juvenil.....36

23 4.4. O Trabalho de Direcção e Organização da JCP .....38

24

25

26

27

28

29

30

31

33

32

34

## 1 Parte I – O mundo em que vivemos

### 2 1. Caracterização da Situação Internacional

3 Vivemos tempos de profundas contradições. A  
4 crise estrutural do capitalismo, a política de  
5 confrontação e guerra do imperialismo, o  
6 processo de rearrumação de forças no plano  
7 mundial e a luta da juventude e dos povos pelos  
8 seus sonhos e aspirações são traços principais  
9 da situação internacional.

10 Destaca-se a **crise estrutural do capitalismo**,  
11 que se evidencia, entre outros aspetos, na  
12 crescente dificuldade dos EUA e dos seus  
13 aliados do G7 e da União Europeia (UE) em  
14 contrariar a **queda tendencial da taxa de lucro**  
15 nas suas economias, e se expressa, a cada dia  
16 que passa, na crescente dificuldade do  
17 imperialismo norte-americano em manter o seu  
18 poder hegemónico, assim como no agravamento  
19 da sua natureza belicista e no reforço da NATO  
20 como estrutura agressiva, com que procura  
21 contrariar o desenvolvimento e crescimento de  
22 economias de países não submissos às suas  
23 imposições.

24 No plano mundial decorre um amplo **processo**  
25 **de rearrumação de forças** no qual, para além  
26 do destacado papel da República Popular da  
27 China, intervêm forças e países que, com  
28 contradições, objectivos, interesses e caminhos  
29 distintos, não alinham com interesses do  
30 imperialismo, afirmam a sua soberania e  
31 procuram estabelecer um caminho de  
32 normalização das relações internacionais,  
33 baseado na não ingerência, no fim das sanções,  
34 da confrontação e da guerra, na cooperação e  
35 no benefício mútuo, com expressão em parcerias  
36 bilaterais e em espaços multilaterais de  
37 articulação e cooperação como o G77+China, o  
38 BRICS+ ou a Organização para a Cooperação de  
39 Xangai.

40 Para combater o estreitamento da base social de  
41 apoio ao capitalismo, em tempos de profundas  
42 contradições e irracionalidade, o grande capital e  
43 o imperialismo recorrem à **disseminação de**  
44 **linhas de pensamento único** através da

45 homogeneização cultural ao nível de massas, da  
46 promoção do neoliberalismo, da proliferação de  
47 preconceitos e do ódio, da promoção de  
48 concepções reaccionárias e de forças de cariz  
49 fascista, do fomento da análise acrítica da  
50 situação internacional, promovendo uma falsa  
51 dualidade entre os valores ditos “ocidentais” e os  
52 valores de outros países apresentados como  
53 “antidemocráticos”, da mediatização da vida  
54 política do império, da consolidação da dita  
55 “aldeia global”, sob ditames do imperialismo.

56 Em Portugal, estes aspectos confluem no  
57 objectivo de importar tudo o que de mais  
58 reaccionário houver para garantir a aceleração  
59 do processo contra-revolucionário e de  
60 recuperação e consolidação do capitalismo  
61 monopolista de Estado submisso ao  
62 imperialismo.

63 Para contrariar o **declínio relativo** da sua  
64 influência económica e social, o imperialismo  
65 norte-americano agarra-se ao que lhe vai  
66 permitindo manter o seu papel hegemónico,  
67 como o seu poderio militar ou a preponderância  
68 do dólar nas trocas comerciais e financeiras  
69 globais. O imperialismo assume traços cada vez  
70 mais reaccionários e recorre a métodos cada vez  
71 mais agressivos para manter vigentes as suas  
72 imposições, destacando-se o escalar da guerra e  
73 o alastramento de conflitos. Procuram hoje  
74 **banalizar o militarismo e a guerra**, de forma a  
75 generalizá-la, cumprindo objectivos estratégicos  
76 e garantindo lucros milionários aos grupos  
77 económicos do armamento.

78 O futuro da juventude de todo o mundo, que os  
79 senhores da guerra querem tornar carne para  
80 canhão, é hoje posto em causa pela escalada de  
81 confrontação que o imperialismo alavanca, num  
82 cenário caracterizado pela presença de **armas**  
83 **nucleares** que ameaçam a juventude e os povos  
84 do mundo, escalada que pode conduzir a um  
85 imensurável retrocesso civilizacional e uma  
86 enorme catástrofe.

87 Esta realidade destaca a **centralidade da luta**  
88 **pela Paz**, pela solução política dos conflitos  
89 militares, pelo desarmamento controlado,

1 generalizado e simultâneo, pela dissolução dos  
2 blocos político-militares, pelo futuro de todos os  
3 povos e da juventude.

4 Na Ucrânia, os EUA e a NATO alimentam,  
5 financiam e pretendem eternizar o conflito,  
6 assentando numa estratégia de cerco e  
7 confrontação com a Rússia e numa crescente  
8 transferência de encargos por parte dos EUA  
9 para a EU, assente na compra de armamento às  
10 grandes empresas bélicas norte-americanas,  
11 consolidando a UE e o Reino Unido como uma  
12 sucursal dos EUA. Estratégia que permite aos  
13 EUA concentrar esforços na ingerência directa à  
14 República Popular da China, nomeadamente a  
15 partir de novos blocos e articulações militares  
16 como o AUKUS (Austrália, EUA, Reino Unido) e  
17 o QUAD (Austrália, EUA, Índia e Japão) e  
18 noutros focos, entre os quais, a América Latina.

19 No Médio Oriente, o imperialismo através do  
20 apoio a Israel leva a cabo o genocídio do povo  
21 palestino, nega o reconhecimento dos seus  
22 direitos nacionais, estende a agressão a outros  
23 países da região, nomeadamente, o Líbano, a  
24 Síria, o Iémen e o Irão. Somam-se centenas de  
25 milhares de mortos, feridos e deslocados, muitos  
26 dos quais jovens, pelas bombas e pela fome  
27 gerada pela destruição e pelo bloqueio da  
28 entrada de ajuda humanitária na Faixa de Gaza.

29 Uma Paz duradoura na região, que carece da  
30 garantia de um cessar-fogo permanente, só será  
31 possível com o reconhecimento do direito do  
32 povo palestino à sua independência e  
33 soberania, a retirada total das forças militares  
34 israelitas da Palestina, o fim dos ataques na  
35 Cisjordânia e em Jerusalém Oriental, o fim dos  
36 colonatos, a real concretização do Estado da  
37 Palestina e do direito de retorno dos refugiados  
38 palestinos.

39 Para além da guerra, o imperialismo utiliza outros  
40 meios para o ataque aos direitos e interesses dos  
41 povos do mundo na tentativa de contrariar o  
42 avanço da roda da história e de, a todo o custo,  
43 subverter os caminhos soberanos, de  
44 desenvolvimento e de progresso social dos  
45 povos.

46 Destaca-se o desumano **bloqueio, a**  
47 **reintrodução na arbitrária lista de “países**  
48 **patrocinadores de terrorismo” e as sanções**  
49 impostas pelos EUA a Cuba, pelo poder do  
50 exemplo que a revolução cubana dá à  
51 construção de uma sociedade nova e pela sua  
52 solidariedade internacionalista.

53 A **ingerência, intimidação, imposição de**  
54 **sanções, conspiração e a difusão de mentiras**  
55 **e apoio a instituições fantoche** são armas do  
56 imperialismo direccionadas a todos os povos que  
57 afirmam a sua soberania, nomeadamente, da  
58 América Latina, África e Ásia, sendo graves  
59 exemplos as sucessivas intencões na  
60 Venezuela para atacar a Revolução Bolivariana  
61 e repor o saque dos seus recursos naturais, onde  
62 se destaca a mais recente escalada promovida  
63 pelos EUA que procura abrir caminho para uma  
64 intervenção militar, contra este país latino-  
65 americano.

66 Mecanismos que também na Europa se  
67 aprofundam perante países, que  
68 independentemente de contradições e processos  
69 distintos, optam por não se submeter ao caminho  
70 federalista e militarista apontado pela UE.

71 O aprofundamento do condicionamento da  
72 soberania dos povos através do processo de  
73 integração capitalista europeu também serve os  
74 interesses do imperialismo. Intensificando o seu  
75 rumo federalista, militarista e neoliberal, ao  
76 serviço dos interesses do grande capital e das  
77 multinacionais, a UE serve como mecanismo de  
78 centralização de recursos nos seus centros  
79 decisores, em particular na Alemanha, de  
80 liquidação da soberania, de exploração e saque  
81 dos povos da Europa. Albergando potências  
82 imperialistas, mas submetendo-se, apesar de  
83 contradições, aos interesses e estratégia do  
84 imperialismo norte-americano, a UE sente,  
85 também no seu seio, a agudização da crise  
86 estrutural do capitalismo, o alastramento das  
87 dificuldades e as consequências da  
88 desindustrialização, a degradação das condições  
89 de vida da juventude, dos trabalhadores e dos  
90 povos.

1 Em contraste com a promessa do “sonho  
2 europeu” de mobilidade, de flexibilidade, de  
3 liberdade, da Europa verde, de aguerrido  
4 combate às discriminações, do fim do roaming,  
5 do PRR e do Erasmus, a juventude portuguesa  
6 encontra no **projecto de integração capitalista**  
7 **europeu** a precariedade, os baixos salários, a  
8 emigração, o fomento de concepções  
9 reaccionárias e da divisão dos trabalhadores, a  
10 venda ao desbarato dos recursos nacionais dos  
11 povos, altas taxas de juro, a degradação do meio  
12 ambiente, a Europa Fortaleza com o  
13 Mediterrâneo enquanto fronteira mais mortífera  
14 do mundo, o militarismo, a guerra e a tentativa de  
15 criação de um exército europeu da NATO,  
16 caminho a que o Governo português se submete,  
17 apontando já como objectivo atingir a nível  
18 orçamental 2% do PIB para as despesas  
19 militares em 2025 e 5% até 2035.

20 Contra a União Europeia neoliberal é preciso  
21 construir uma Europa dos povos, de  
22 solidariedade e fraternidade, onde as relações  
23 sejam de cooperação, respeito e benefício  
24 mútuo, uma Europa que não sirva meramente de  
25 caixa de ressonância dos interesses do  
26 imperialismo e do grande capital.

27 Perante a guerra, a confrontação e a imposição  
28 do pensamento único pelo imperialismo, a  
29 juventude e os povos levantam-se em todos os  
30 continentes, respondem com a luta e afirmam a  
31 Paz como exigência dos nossos dias.

32 Levanta-se a juventude cubana e a sua heróica  
33 revolução socialista; a juventude venezuelana e  
34 a luta pela sua revolução bolivariana e pela  
35 soberania do seu povo; a juventude dos países  
36 do continente Africano, que resistem à ingerência  
37 externa e a projectos neo-coloniais,  
38 designadamente em Angola, Moçambique e  
39 Guiné-Bissau; o povo saharauí, na luta pela sua  
40 soberania e independência, contra projectos de  
41 dominação colonial; os jovens cipriotas na sua  
42 persistente luta contra a ocupação turca e a  
43 reunificação da sua pátria; a juventude  
44 palestina, que enfrenta o agressor sionista,  
45 não baixa os braços perante a guerra e continua

46 a resistir contra o genocídio, pelo direito a viver  
47 em liberdade e no seu Estado na sua terra.

48 É de salientar o tardio reconhecimento do Estado  
49 da Palestina por Portugal, decretado a 21 de  
50 Setembro de 2025, com décadas de atraso e  
51 fruto da crescente luta e contestação a nível  
52 nacional e internacional, face à intensificação do  
53 genocídio. Reconhecimento envergonhado, que  
54 precisa de ser acompanhado do real  
55 compromisso com a efectiva concretização do  
56 Estado da Palestina, livre e soberano, com as  
57 fronteiras anteriores a 1967 e a capital em  
58 Jerusalém Oriental, garantindo ao povo  
59 palestino o direito inalienável de decidir o seu  
60 próprio caminho e o direito de retorno dos  
61 refugiados.

62 É de destacar a intensificação por todo o mundo  
63 da **luta pela Paz**. Jovens de todos os continentes  
64 somam forças à solidariedade com os povos e a  
65 juventude, em particular, da Palestina e de todo  
66 o Médio Oriente, saindo à rua em milhares de  
67 acções de massas. Em Portugal, convocados  
68 pelo Movimento pelos Direitos do Povo  
69 Palestino e pela Paz no Médio Oriente  
70 (MPPM), o Conselho Português pela Paz e  
71 Cooperação (CPPC), a Confederação Geral dos  
72 Trabalhadores Portugueses - Intersindical  
73 Nacional (CGTP-IN) e o Projecto Ruído –  
74 Associação Juvenil entre outras estruturas,  
75 milhares de jovens saíram à rua em dezenas de  
76 acções em diversos momentos, por todo o país.

77 Os desenvolvimentos da situação internacional  
78 comprovam que grandes perigos convivem com  
79 reais potencialidades de luta. Perante a escalada  
80 da agressão do imperialismo, os povos resistem,  
81 avançam e afirmam uma alternativa  
82 emancipadora.

83

#### 84 **1.1. A luta contra o imperialismo e o** 85 **relacionamento internacional da JCP**

86 É necessário intensificar a luta contra o  
87 imperialismo, pela paz, o desarmamento, os  
88 direitos da juventude e a expressão de

1 solidariedade com todos os povos, que  
2 enfrentando o imperialismo, exigem decidir o seu  
3 próprio futuro. Neste sentido, destaca-se a  
4 **Federação Mundial da Juventude**  
5 **Democrática (FMJD)**, prioridade da JCP no  
6 relacionamento internacional multilateral,  
7 enquanto a mais ampla frente juvenil anti-  
8 imperialista, agregando organizações juvenis de  
9 todo o mundo, comunistas, progressistas e anti-  
10 imperialistas, a única plataforma juvenil capaz de  
11 responder a estes objectivos.

12 Registam-se dificuldades no desenvolvimento do  
13 trabalho na FMJD que se tendo agravado com o  
14 impacto da pandemia de Covid-19, exigem uma  
15 reflexão sobre as suas causas, sobre as  
16 tendências no quadro internacional e sobre o  
17 relacionamento entre organizações.

18 O empenhamento da JCP na vida da FMJD  
19 materializou-se, -nas últimas décadas, na  
20 assumpção de várias responsabilidades. A JCP  
21 assumiu a presidência da FMJD entre 2003 e  
22 2011, assim como a coordenação da **Comissão**  
23 **da Europa e da América do Norte (CENA)** em  
24 vários mandatos, incluindo entre 2022 e 2025,  
25 contribuindo para o desenvolvimento da  
26 actividade e acção da FMJD na região, e acolheu  
27 Assembleias Gerais em 1995 e em 2011.

28 Em 2025, na Assembleia Geral realizada em  
29 Windhoek, na Namíbia, a JCP candidatou-se à  
30 presidência da FMJD, com objectivo de reforçar  
31 a actividade e o prestígio da Federação, em  
32 particular pela reactivação do movimento dos  
33 Festivais Mundiais da Juventude e dos  
34 Estudantes (FMJE), tendo sido eleita por  
35 unanimidade para a presidência da FMJD.

36 O **Festival Mundial da Juventude e dos**  
37 **Estudantes (FMJE)**, organizado pela FMJD,  
38 agrega jovens e organizações de todo o mundo  
39 no combate ao imperialismo. A FMJD deve  
40 pugnar pelo prosseguimento do movimento dos  
41 Festivais Mundiais da Juventude e dos  
42 Estudantes, defendendo a sua história, valores e  
43 amplitude, procurando a convergência de  
44 organizações do movimento juvenil de todo o  
45 mundo em torno dos valores da paz, da

46 solidariedade internacionalista e do fim do  
47 imperialismo.

48 A decisão do Conselho Geral da FMJD de iniciar  
49 o processo de convocação de um FMJE para  
50 2026, em Caracas, (9 anos depois do último, que  
51 se realizou em Sochi, em 2017) representa um  
52 avanço muito positivo. A JCP, na presidência da  
53 FMJD, assume a concretização e sucesso do  
54 Festival como principal prioridade, pela  
55 importância que tem na revitalização da FMJD e  
56 pelo expressivo contributo que dará à  
57 solidariedade com os povos da América Latina,  
58 em particular com a juventude e o povo da  
59 Venezuela, com Cuba, com a Palestina e todos  
60 os povos que resistem ao imperialismo.

61 A resposta às exigências que estão colocadas à  
62 juventude exige o alargamento da frente juvenil  
63 anti-imperialista, em que a FMJD assume um  
64 papel fundamental, exigindo-se a defesa do seu  
65 carácter unitário, o alargamento da sua  
66 participação a organizações progressistas e anti-  
67 imperialistas, a sua actividade regular, a unidade  
68 na acção contra o inimigo comum, o  
69 imperialismo, nomeadamente o imperialismo  
70 norte-americano. Neste sentido, é essencial  
71 contrariar tendências para a sua  
72 desconfiguração e tentativas de imposição de  
73 uniformização ideológica e de análises.

74 Para além das exigências que se colocam à  
75 intervenção dos comunistas, no plano  
76 internacional, devido à ofensiva ideológica do  
77 capital, que procura desprestigiar a história e o  
78 legado dos comunistas e falsificar o seu projecto,  
79 o movimento comunista e revolucionário  
80 internacional, designadamente de juventude,  
81 enfrenta também **concepções e práticas**  
82 **dentro de si próprio, que dificultam a unidade**  
83 **do movimento juvenil no combate ao inimigo**  
84 **comum**. Manifestam-se concepções e práticas  
85 sociais-democratizantes, com o abandono de  
86 referências ideológicas, de princípios orgânicos e  
87 do projecto revolucionário comunista, assim  
88 como se manifestam concepções e práticas  
89 dogmáticas e sectárias, que apontam para a  
90 ideia de existência de modelos únicos de  
91 transformação social e de superação do

1 capitalismo - indicando, designadamente a  
2 tomada de poder pela classe operária como  
3 tarefa imediata universal, independentemente da  
4 situação de cada país - e para a centralização  
5 organizativa, tentando impor um núcleo de  
6 coordenação e disseminação desta concepção,  
7 orientado para a homogeneização política e  
8 ideológica das organizações comunistas de  
9 juventude.

10 Destaca-se, por outro lado, o conjunto  
11 heterogéneo - na dimensão, objectivos e  
12 capacidade de intervenção - de organizações de  
13 juventude, comunistas e anti-imperialistas,  
14 ligadas à vida, às dinâmicas do movimento  
15 juvenil e da luta da juventude dos seus países,  
16 com características de massas, que podem  
17 assumir um papel preponderante no alargamento  
18 da frente juvenil anti-imperialista.

19 A JCP tem participado nas diversas edições do  
20 **Encontro de Organizações Juvenis**  
21 **Comunistas da Europa** (MECYO) e faz parte do  
22 seu Grupo de Trabalho, considerando-os, não  
23 obstante dificuldades no seu funcionamento,  
24 espaços para o desenvolvimento da cooperação  
25 e solidariedade entre organizações juvenis  
26 comunistas, tudo fazendo para assegurar  
27 consensos que respeitem naturais diferenças,  
28 valorizando o muito que une as organizações  
29 participantes e recusando visões no sentido da  
30 institucionalização deste espaço ou que queiram  
31 ver neste o centro difusor das orientações para a  
32 acção de cada organização.

33 A JCP desenvolve ainda uma intensa actividade  
34 de **relacionamento bilateral** com organizações  
35 comunistas, revolucionárias, progressistas e  
36 anti-imperialistas, pautada por princípios  
37 consolidados de respeito pelas normais  
38 diferenças de opinião, de não ingerência nos  
39 assuntos internos, de respeito mútuo, igualdade  
40 de direitos, cooperação, solidariedade recíproca  
41 e unidade de acção.

42 No entanto, desenvolve-se uma tendência de  
43 desrespeito por estes princípios e forma de  
44 relacionamento, designadamente por via de  
45 ingerência nos assuntos internos de diversas

46 organizações com expressão em **processos de**  
47 **divisão interna e em dinâmicas de**  
48 **desagregação**, que colocam em causa a  
49 unidade das organizações comunistas e anti-  
50 imperialistas.

51 A partir da partilha de um passado de luta contra  
52 o inimigo comum, o fascismo e colonialismo  
53 português, a JCP desenvolve relações fraternas  
54 o com as organizações de juventude dos partidos  
55 africanos que lideraram as lutas de libertação  
56 nacional dos seus povos, nomeadamente  
57 através da proximidade que a presença de  
58 membros seus em Portugal, organizados nas  
59 suas estruturas da diáspora, permite, sendo  
60 ainda necessário prosseguir e aprofundar esta  
61 cooperação e solidariedade.

62 O empenhamento nos compromissos assumidos  
63 no relacionamento internacional, exigindo o  
64 destacar dos meios adequados, não apaga que  
65 o maior contributo que a juventude portuguesa  
66 pode dar para o avanço à escala mundial da luta  
67 pelo progresso social é o cumprimento da tarefa  
68 nacional, do desenvolvimento da luta da  
69 juventude portuguesa em defesa dos direitos do  
70 povo português e dos valores de Abril.

71

## 72 **1.2. Socialismo, futuro da Humanidade**

73 **A superação revolucionária do capitalismo e**  
74 **a construção do mundo novo são uma exigência**  
75 **dos nossos tempos.**

76 O capitalismo não é o fim da História. A  
77 exploração, os milhões condenados à fome, à  
78 morte, à pobreza e ao desemprego, o  
79 aprofundamento das injustiças e das  
80 desigualdades, a guerra, a destruição do  
81 ambiente, os ataques à educação e à formação  
82 integral para todos, as discriminações, as  
83 limitações no acesso à saúde, à habitação, à  
84 cultura e ao desporto, são traços que confirmam  
85 os limites históricos do capitalismo.

86 O apagamento e a diminuição do papel  
87 desempenhado pela Revolução de Outubro que

1 abriu a época de passagem do capitalismo ao  
2 socialismo na História da Humanidade, com os  
3 extraordinários avanços que conquistou e  
4 permitiu; a reescrita sobre a contribuição da  
5 URSS para a vitória sobre o nazi-fascismo; o  
6 branqueamento dos crimes do fascismo em  
7 Portugal, a falsificação e mentira sobre a História,  
8 nomeadamente, sobre a Revolução de Abril e os  
9 seus valores, o programa e os objectivos de  
10 intervenção do PCP; ou o fomento de  
11 concepções da burguesia; são traços da ofensiva  
12 ideológica que se abate sobre a juventude.

13 A JCP, organização revolucionária da juventude  
14 portuguesa, assume como objectivo da sua luta  
15 a construção, em Portugal, de uma sociedade  
16 socialista, sociedade liberta da exploração do  
17 Homem pelo Homem, sem explorados nem  
18 exploradores, sem classes antagónicas, sem  
19 discriminações e injustiças, a sociedade que  
20 corresponde às reais aspirações da juventude.

21 A superação do capitalismo não é automática,  
22 nem se concretiza, como alguns pretendem fazer  
23 parecer, com fugas para a frente, antes exige a  
24 luta por objectivos imediatos e intermédios. A  
25 análise concreta da situação concreta, a  
26 aplicação criativa do marxismo-leninismo,  
27 implica a afirmação de que não existem modelos  
28 únicos de transformação social, de revolução e  
29 de socialismo.

30 A partir da realidade concreta portuguesa, o PCP  
31 e a JCP definem como **etapa actual da luta pelo**  
32 **socialismo em Portugal** a construção da  
33 Democracia Avançada.

34 A democracia avançada surge na continuidade  
35 histórica do programa da revolução democrática  
36 e nacional, aprovado em 1965 no VI Congresso  
37 do Partido, e dos valores, conquistas e projecto  
38 da Revolução de Abril. A democracia avançada  
39 projecta e perspectiva os valores de Abril no  
40 futuro de Portugal, assente no desenvolvimento  
41 da democracia, nas suas vertentes política,  
42 económica, social e cultural, e a defesa da  
43 soberania e independência nacionais.

44 São hoje aspectos determinantes para esse  
45 caminho de construção da sociedade socialista  
46 em Portugal, a luta pela Escola Pública, que  
47 garanta o acesso democrático a uma formação  
48 integral, pelo Ensino Superior público e gratuito  
49 para todos, pela erradicação do flagelo da  
50 precariedade e dos baixos salários, pela ampla  
51 participação democrática da juventude nas  
52 diversas esferas da vida, pelo direito à habitação,  
53 à cultura e ao desporto, contra as discriminações  
54 e preconceitos, pela paz, a solidariedade e a  
55 cooperação entre os povos, pela ruptura com a  
56 política de direita e a construção da alternativa  
57 política patriótica e de esquerda, objectivos para  
58 os quais é determinante a construção da unidade  
59 juvenil, o reforço e a afirmação da JCP.  
60

## 61 2. A Vida da Juventude

62 Mais de cinquenta anos após a Revolução de  
63 Abril, a juventude do nosso País, está com os  
64 seus valores e conquistas, ainda que exista um  
65 projecto em curso de esvaziamento do seu  
66 conteúdo. Isso reflecte-se na ampla  
67 participação juvenil e nas reivindicações que são  
68 todos os anos entoadas nas comemorações  
69 populares do 25 de Abril, em particular em 2024,  
70 ano em que se assinalaram os seus cinquenta  
71 anos, e em tantas outras lutas nas escolas,  
72 faculdades, locais de trabalho e nas ruas. Contra  
73 esta luta encontram-se os mesmos de sempre-  
74 PS, PSD e CDS, a que se acrescentam Chega e  
75 IL- que prosseguem o caminho de submissão ao  
76 grande capital, aprofundam a política de direita e  
77 se vergam às imposições da UE.

78 A realidade vivida pelos jovens confirma que nem  
79 a maioria absoluta do PS entre os anos de 2022  
80 e 2024, nem o Governo de PSD/CDS, dão  
81 resposta aos seus problemas. As manobras de  
82 propaganda variadas- Programa Mais Habitação,  
83 devolução das propinas, IRS Jovem, isenção do  
84 IMT e imposto de selo- não só não resolvem os  
85 problemas de fundo como em alguns casos  
86 agravam as desigualdades, enquanto procuram  
87 esconder que estes partidos confluem numa  
88 política anti-juvenil.

1 As linhas seguidas pelo actual Governo são a  
2 continuação e o aprofundamento das políticas do  
3 anterior governo PS, levando mais longe a  
4 política de direita e os ataques às conquistas de  
5 Abril, através da afronta aos direitos dos  
6 trabalhadores e do aumento da exploração e  
7 elevando a outro nível a degradação dos serviços  
8 públicos, com uma agenda abertamente  
9 reaccionária. A injustiça fiscal aprofunda-se com  
10 a criação do IRS jovem, que em nada serve os  
11 jovens que recebem salários baixos, a redução  
12 do IRC e os milhares de milhões de euros  
13 canalizados para as grandes empresas em  
14 benefícios fiscais e no alívio das contribuições  
15 dos que mais ganham. Agrava-se o  
16 desinvestimento e degradação dos serviços  
17 públicos, com a intenção do seu total  
18 desmantelamento e privatização, como se faz  
19 sentir nas escolas, nos transportes e nos  
20 hospitais. Assiste-se ao recurso crescente a  
21 concessões público-privadas, levam-se a cabo  
22 privatizações de empresas e sectores  
23 estratégicos, os baixos salários e a exploração  
24 agravam-se e o custo de vida aumenta, no  
25 quadro da maior transferência de rendimentos do  
26 trabalho para o capital no período histórico  
27 iniciado com a Revolução de Abril.

28 É alarmante que, segundo dados de 2024, 30%  
29 das pessoas nascidas em Portugal com idades  
30 entre os 15 e os 39 anos tenham emigrado face  
31 às dificuldades para construir uma vida no seu  
32 País. Instabilidade que se sente nos problemas  
33 do dia-a-dia dos jovens e que não reside noutros  
34 assuntos sensacionalistas que os meios de  
35 comunicação social, ao serviço de uma minoria,  
36 instrumentalizam para desviar os assuntos  
37 centrais. As opções de classe dos sucessivos  
38 Governos aprofundam as desigualdades sociais  
39 e económicas, nunca optando pelos interesses  
40 da maioria.

41 Destaca-se a chamada **reforma do Estado** que,  
42 sob a retórica liberal, ataca os serviços públicos,  
43 retirando-lhes capacidade de resposta e  
44 funcionamento, num processo de  
45 desmantelamento que tem como objectivo  
46 central a entrega de sectores fundamentais da  
47 vida nacional, designadamente a educação, a

48 saúde, os transportes e a segurança social, a  
49 privados.

50 As últimas eleições legislativas, resultaram num  
51 desenvolvimento negativo no quadro  
52 institucional, com uma correlação de forças mais  
53 favorável à política de direita, designadamente  
54 com o crescimento do PSD, IL e CH. A proposta  
55 de Orçamento de Estado para 2026, o Pacote  
56 Laboral, as leis da Nacionalidade e dos  
57 Estrangeiros, a descida do IRC, as medidas de  
58 desmantelamento do SNS são exemplos da  
59 política reaccionária do Governo PSD/CDS,  
60 partilhada e amplificada pelo CH e IL, e  
61 sustentada, também, pelo demissionismo e  
62 cumplicidade do PS.

63 O resultado das eleições autárquicas configura  
64 um desenvolvimento negativo, mas com  
65 elementos de resistência, desde logo pela  
66 conquista por parte da CDU de Câmaras  
67 Municipais que havia perdido no passado. Um  
68 resultado obtido num contexto marcado pela  
69 tentativa de transpor para as eleições  
70 autárquicas conteúdos nacionais, pelas  
71 consequências do processo de transferência de  
72 encargos, pelo ataque e silenciamento da CDU e  
73 o apagamento da sua obra.

74 Na situação de resistência em que intervimos,  
75 salienta-se a campanha anti-democrática com  
76 forte pendor anti-comunista que visa atingir a  
77 democracia e o Partido, identificado que está  
78 enquanto grande barreira aos objectivos do  
79 grande capital, com impactos na consciência do  
80 povo. Esta campanha expressa-se com a difusão  
81 de um ideário contrário ao progresso social, que  
82 tem como recurso o ataque directo ao PCP, a  
83 calúnia, a ocultação da sua actividade e acção, a  
84 menorização da sua influência, desempenhando  
85 importante papel neste processo, a comunicação  
86 social dominante. São exemplos concretos desta  
87 campanha, o ataque à idoneidade de quadros do  
88 partido e à gestão dos Municípios da CDU de  
89 acordo com os critérios de honestidade e  
90 competência, o ataque ao Partido a pretexto da  
91 realização da Festa do Avante! em 2020, a  
92 responsabilização do PCP pela não aprovação  
93 do OE 2022, a deturpação da posição sobre a

1 Guerra na Ucrânia, a narrativa do declínio  
2 eleitoral irreversível do PCP, a tentativa de  
3 apagamento mediático do PCP, designadamente  
4 do Secretário-Geral. Cinquenta anos após a  
5 aprovação da Constituição da República  
6 Portuguesa (CRP) continua a ser central  
7 o seu cumprimento e a concretização  
8 do projecto de emancipação que ela comporta  
9 onde estão consagrados direitos fundamentais  
10 que, se fossem cumpridos, com uma política  
11 patriótica e de esquerda, garantiriam um futuro  
12 digno aos jovens do nosso País.

13

### 14 **2.1. Situação da Educação**

15 O capital olha para a educação como um  
16 mecanismo de consolidação da ideologia  
17 dominante e de perpetuação das actuais  
18 relações sociais, promovendo as desigualdades  
19 para se sustentar. Nas escolas, promove-se cada  
20 vez mais o individualismo e ao mesmo tempo a  
21 perda de autonomia, consequências do actual  
22 contexto político e, em parte, de certos costumes  
23 que se mantiveram da epidemia de Covid-19, de  
24 que é exemplo não ser permitido, em muitas  
25 escolas, que os estudantes possam sair  
26 livremente da escola nos intervalos.

27 Um dos direitos fundamentais presentes na CRP,  
28 o direito à educação, só se concretiza com o  
29 Ensino público, gratuito, democrático e de  
30 qualidade. A educação deve ser vista não só  
31 como o direito a aprender, mas também como  
32 uma forma de garantir que o povo tenha, desde  
33 cedo, a possibilidade de se desenvolver  
34 integralmente. A Escola de Abril é essencial para  
35 o progresso e o desenvolvimento do país, para a  
36 promoção da reflexão, da participação e do  
37 espírito crítico, para o direito da juventude a  
38 concretizar os seus sonhos, independentemente  
39 da situação socioeconómica de cada um. São  
40 cada vez maiores as consequências da política  
41 de desinvestimento público, desvirtuação e  
42 mercantilização da educação, com diferentes  
43 expressões nas suas várias vias e níveis.

44

### 45 **2.2. Ensino Secundário**

46 Desde o último Congresso da JCP, assistimos a  
47 um agravamento das condições nas escolas  
48 básicas e secundárias do País com o continuado  
49 ataque da política de direita levando a Escola  
50 Pública pelos caminhos do desinvestimento e  
51 degradação.

52 No início do ano lectivo 2024/2025, cerca de 500  
53 escolas públicas precisavam de obras. A  
54 degradação das infraestruturas é evidente,  
55 sendo recorrentes os casos em que chove dentro  
56 das salas, em que o frio ou o calor excessivo  
57 perturbam o ambiente da aula, o que, sem o  
58 investimento devido, só tende a piorar. Persistem  
59 as escolas sobrelotadas, as casas de banho sem  
60 condições, os telhados de amianto, a falta de  
61 pavilhões, a má qualidade dos espaços de  
62 convívio e dos espaços exteriores das escolas.

63 A **falta de profissionais** é gritante. Estima-se  
64 que o 2.º período do ano lectivo 2024/2025  
65 começou com 20 mil estudantes sem aulas a  
66 todas as disciplinas, mais 10 mil que em  
67 Dezembro. No ano lectivo de 2025/2026,  
68 dezenas de milhares de estudantes começaram  
69 o ano sem professor a pelo menos uma  
70 disciplina, resultando em impactos graves no  
71 processo de formação dos estudantes,  
72 associado à sobrelotação das turmas e à  
73 substituição do ensino por “estudo e trabalho  
74 autónomos”. Destaca-se também a falta de  
75 professores de língua portuguesa não materna,  
76 que continua a afectar e prejudicar a  
77 aprendizagem de inúmeros estudantes  
78 estrangeiros e, por consequência, das turmas  
79 onde estes se inserem.

80 Os rácios de pessoal não docente são  
81 desajustados e a falta de condições de trabalho  
82 dignas levam ao encerramento ou degradação  
83 de cantinas (que, muitas vezes empurradas para  
84 empresas privadas, se caracterizam pela fraca  
85 qualidade na alimentação servida), bares,  
86 papelarias e até mesmo de alguns blocos de  
87 escolas.

1 Destaca-se, ainda, a **falta de psicólogos**, uma  
2 vez que o número está ainda muito aquém do  
3 recomendado pela OMS - de 1 psicólogo por 500  
4 estudantes, que associada à degradação da  
5 saúde mental dos estudantes tem  
6 consequências a curto e a longo prazo no  
7 desenvolvimento, felicidade e vida destes. A  
8 dimensão deste problema adquiriu ainda mais  
9 importância com a epidemia de Covid-19, que  
10 pôs em causa o desenvolvimento saudável dos  
11 jovens, prejudicando o seu desempenho e a sua  
12 integração.

13 É notório o desinvestimento no **desporto**  
14 **escolar**, determinante para garantir a  
15 democratização do acesso dos jovens à prática  
16 desportiva regular. Não só são escassas as  
17 modalidades que se podem praticar como  
18 assistimos a uma profunda desvalorização desta  
19 forma de praticar desporto, evidente nas  
20 condições materiais dos equipamentos  
21 desportivos, que é muitas vezes a única  
22 acessível aos filhos dos trabalhadores.

23 Apesar de estar consagrada na CRP a  
24 **gratuidade do ensino** e, em particular, do  
25 importante conquista da gratuidade dos  
26 manuais escolares vemos ainda vários custos de  
27 frequência associados à escolaridade  
28 obrigatória, como as fichas de estudo, as  
29 calculadoras gráficas, as folhas de teste ou os  
30 materiais de artes.

31 Todos estes problemas são agravados pelo  
32 **processo de “municipalização”** em curso, com  
33 a transferência de encargos da Educação do  
34 Estado Central para os Municípios, sem a  
35 transferência dos recursos necessários. Um  
36 processo que não só agrava as desigualdades  
37 entre as várias escolas de norte a sul do País,  
38 como também coloca em causa a universalidade  
39 do direito à educação.

40 Enquadrada na formação integral do indivíduo, a  
41 **educação sexual** multidisciplinar e democrática  
42 continua por cumprir. Trata-se de uma exigência  
43 cada vez mais necessária, essencial para a  
44 saúde sexual e reprodutiva, para a emancipação  
45 da juventude e a promoção do

46 autoconhecimento, do amor, do respeito e da  
47 solidariedade, contra os preconceitos,  
48 discriminações e violências. O Governo do  
49 PSD/CDS procura destruir a educação sexual,  
50 diluindo-a na disciplina de Educação para a  
51 Cidadania.

52 Os **Exames Nacionais** são uma prova injusta e  
53 uma forte barreira socioeconómica à entrada  
54 para o Ensino Superior, que dificultam o acesso  
55 a estes graus de ensino aos filhos dos  
56 trabalhadores, intensificam as desigualdades,  
57 como o confirmam os rankings: em 2024, nas  
58 primeiras 50 escolas, 39 são colégios privados; a  
59 primeira escola pública aparece na 26.<sup>a</sup> posição.  
60 Se o problema é a inflação das notas e a  
61 proliferação das escolas privadas, como a  
62 elitização dos graus mais elevados de ensino,  
63 então a solução passa pela fiscalização dessas  
64 escolas, pelo fim dos *numerus clausus* e, claro,  
65 pelo investimento numa educação de qualidade,  
66 que, para ser de todos, tem de ser pública.

67 Para além de ser uma forma de avaliação injusta,  
68 afasta-se também da proposta da Escola de Abril  
69 que defendemos, uma vez que resume o esforço  
70 e a aprendizagem à memorização da matéria  
71 lecionada, desvalorizando o exercício do  
72 pensamento, da criatividade e do espírito crítico.

73 Temos hoje uma escola virada para a  
74 competição e triagem dos estudantes com  
75 melhores condições, em vez de cumprir o papel  
76 de formação integral e superação de  
77 dificuldades. É preciso garantir condições e  
78 valorizar a avaliação contínua, as suas diferentes  
79 componentes e o esforço que os estudantes  
80 fazem ao longo dos anos, não os resumindo  
81 apenas a uma prova.

82 Contrariamente à reivindicação dos estudantes,  
83 foi anunciado no início de 2023 um novo modelo  
84 de acesso ao Ensino Superior que visa,  
85 precisamente, dar mais peso e reintroduzir a  
86 obrigatoriedade dos Exames Nacionais,  
87 desvalorizando a nota interna das disciplinas.  
88 Este modelo significa passos atrás na conquista  
89 de uma Escola para todos, como evidenciou o  
90 Concurso Nacional de Acesso ao Ensino

1 Superior em 2025, com redução de 5300 alunos  
2 colocados face a 2024, assim como do número  
3 de estudantes colocados que eram beneficiários  
4 de escalão A de Acção Social Escolar no Ensino  
5 Secundário.

6 Acentua-se a divisão dos estudantes a partir da  
7 separação entre a teoria e a prática na **via**  
8 **profissionalizante**, que partilhando a realidade  
9 e problemas do ensino profissional, integram a  
10 Escola Pública. Há a tendência de afastar estes  
11 estudantes do Ensino Superior, desde logo pelo  
12 facto da matéria que é leccionada nas aulas ser  
13 diferente da que é avaliada nos Exames  
14 Nacionais.

15 No **ensino artístico especializado**, a falta de  
16 escolas artísticas públicas distribuídas pelo País  
17 obriga os estudantes a fazerem dezenas de  
18 quilómetros por dia para terem acesso à  
19 educação, ou até mesmo a mudarem a sua área  
20 de residência, dando mais força à proposta do  
21 PCP da construção de uma rede pública de  
22 escolas artísticas. Aumenta o preço da aquisição  
23 e de manutenção dos materiais escolares e  
24 mantém-se a sobrecarga horária, que restringe a  
25 aprendizagem, a produção artística e a  
26 criatividade do estudante.

27 A ofensiva contra a Escola Pública é ainda mais  
28 nítida quando olhamos para a maneira como os  
29 próprios estudantes são tratados nas suas  
30 escolas. Cinquenta anos passados da Revolução  
31 de Abril, foram várias as alterações ao modelo de  
32 gestão das escolas com destaque para a  
33 substituição do Conselho Directivo pela figura do  
34 Director e a introdução do **Estatuto do Aluno**  
35 com o seu carácter punitivo. Hoje, são muitas as  
36 tentativas de limitar o direito à participação  
37 democrática, à livre expressão, organização,  
38 associação e reunião dos estudantes.

39 São inúmeros os casos de estudantes que  
40 procuram fazer Reuniões Gerais de Alunos,  
41 formar listas para as Associações de Estudantes,  
42 colocar faixas e distribuir propaganda, organizar  
43 debates ou actividades nas suas escolas e que  
44 são deliberadamente proibidos ou intimidados.  
45 Não são também raros os regulamentos internos

46 que, limitando o direito à participação  
47 democrática dos estudantes, inscrito na CRP,  
48 contrariam a própria lei.

49 Aspectos que contribuem para a redução da  
50 autonomia da juventude, sobretudo dos  
51 estudantes do ensino básico e secundário.  
52 Procura-se fazer-lhes crer que não podem tomar  
53 decisões sobre as suas vidas, não podem  
54 interferir no modelo de gestão das suas escolas,  
55 não podem ter uma opinião e acção autónoma e  
56 democraticamente formada.

57 Assistimos a uma crescente **desvalorização**  
58 **dos momentos de socialização e de recreio na**  
59 **Escola Pública**, com a redução do tempo dos  
60 intervalos e a não retoma de actividades de  
61 convívio e de associação, habituais na vida  
62 escolar antes da epidemia, bem como uma  
63 sobrecarga horária cada vez maior.

64 Enquadra-se, neste processo, a entrada em vigor  
65 de legislação que **proíbe a utilização de**  
66 **telemóveis** nas escolas até ao 2º ciclo e permite  
67 autonomia das escolas para definir a  
68 abrangência das restrições, regras de utilização  
69 e sanções a aplicar face ao incumprimento.

70 A exposição excessiva de jovens a ecrãs lúdicos  
71 tem graves consequências na sua saúde, no  
72 comportamento e no plano cognitivo. Admitindo  
73 a importância de limitar a exposição a ecrãs nas  
74 escolas, importa valorizar os recreios, garantir  
75 espaços, condições e actividades que promovam  
76 a socialização e a saúde física e mental dos  
77 estudantes, assim como o seu envolvimento e  
78 das suas Associações na definição de regras,  
79 objectivos e alternativas, que contribuam de  
80 forma positiva para o combate a este problema.

81 Ao mesmo tempo, prossegue o projecto da  
82 **digitalização** das escolas, com a redução ou  
83 exclusão do uso dos manuais escolares, que tem  
84 como objectivo a substituição dos professores  
85 pela máquina, contribuindo para que a  
86 aprendizagem se resume ao uso dos  
87 computadores ou outros meios tecnológicos com  
88 impactos significativos nos **processos de**  
89 **aprendizagem**, designadamente a expressão

1 escrita, e no aprofundamento de desigualdades.  
2 Acresce ainda a falta de condições necessárias  
3 para o uso pleno destes meios, nomeadamente  
4 internet, ou até computadores suficientes e com  
5 a qualidade necessária à aprendizagem.

6

### 7 **2.3. Ensino Profissional**

8 Ao mesmo tempo que se procura atrair cada vez  
9 mais jovens para o Ensino Profissional, aposta-  
10 se no subfinanciamento do Ensino Profissional  
11 enquanto mecanismo de privatização da  
12 educação e procura-se também esbater a  
13 fronteira entre a educação e o trabalho.

14 Portugal procura seguir ordeiramente a  
15 orientação da UE de ter 50% dos estudantes dos  
16 seus estados-membros a frequentar as vias  
17 profissionalizantes do nível secundário. O  
18 caminho está traçado apesar do objectivo ainda  
19 não ter sido alcançado. Entre os anos lectivos  
20 de 2005/2006 e 2021/2022, o número de  
21 estudantes a frequentar cursos profissionais  
22 passou de 13,1% para 32,8%.

23 O que se procura é que haja uma **divisão social**  
24 **do trabalho desde a escola**, onde os filhos dos  
25 trabalhadores são empurrados para uma  
26 “formação mais prática”. Destaca-se ainda a  
27 distribuição geográfica das escolas, que também  
28 concorre para o acentuar das desigualdades,  
29 havendo concelhos onde a única oferta formativa  
30 é no ensino profissional. Os estudantes de  
31 contextos socioeconómicos mais desfavorecidos  
32 constituem a maioria nesta via de ensino- entre  
33 2014 e 2022, cerca de 43% dos estudantes do  
34 Ensino Profissional beneficiaram de Acção  
35 Social Escolar (ASE) quando estavam no 9º ano  
36 de escolaridade, quase o dobro dos alunos que  
37 seguiram os cursos científico-humanísticos, e os  
38 pais tinham menos 2,5 anos de escolaridade. A  
39 dualidade do ensino contribui para a elitização  
40 dos mais elevados graus de ensino, confirmado  
41 pelo facto de, em 2024, por exemplo, apenas 1/5  
42 dos estudantes de cursos profissionais terem  
43 seguido estudos no Ensino Superior.

44 O acesso ao Ensino Superior é ainda mais  
45 complexo para os estudantes do Ensino  
46 Profissional e a criação de um concurso especial  
47 de acesso para as vias profissionalizantes não  
48 veio resolver os problemas de fundo. Os  
49 estudantes ou ingressam por este concurso  
50 especial e ficam reféns das vagas e dos critérios  
51 de acesso estipulados pelas IES (Instituições de  
52 Ensino Superior) – no essencial, institutos  
53 politécnicos, prosseguindo a dualidade do  
54 ensino, ou ingressam pelo concurso nacional de  
55 acesso ao Ensino Superior que exige a  
56 realização de exames nacionais e requer  
57 conhecimentos que nunca lhes foram  
58 ministrados.

59 O Ensino Profissional que é também uma arma  
60 da ofensiva ideológica, menorizando estes  
61 estudantes e desvalorizando as suas  
62 capacidades, limitando as suas perspectivas de  
63 futuro, apontando o mercado de trabalho como o  
64 único objectivo ou os estágios, que não são  
65 dignos, como inevitabilidades, banalizando a  
66 sobrecarga horária, promovendo desde cedo a  
67 ideia de que o mundo de trabalho é assim,  
68 normalizando a falta de condições na escola,  
69 como nos locais de trabalho e, acima de tudo,  
70 procurando vincar que a sua realidade não é  
71 passível de ser transformada.

72 **O modelo de financiamento desta via de**  
73 **ensino**, assente no fundamental em fundos da  
74 UE, é uma forma de desresponsabilização sobre  
75 a educação destes milhares de jovens, ao  
76 mesmo tempo que permite abrir novas áreas de  
77 negócio para os grupos económicos. A maior  
78 parte das escolas profissionais, nomeadamente  
79 as das regiões Norte, Centro e Alentejo, estão  
80 dependentes de financiamento do Fundo Social  
81 Europeu, que está sujeito a flutuações,  
82 impactando significativamente na vida das  
83 escolas e dos estudantes. Na prática, quanto  
84 mais estudantes estão nesta via de ensino,  
85 menos o Estado tem de investir e o  
86 desenvolvimento estratégico do País fica  
87 relegado para segundo plano.

88 Mantém-se a **sobrecarga horária** como um dos  
89 problemas mais abrangentes que, associada ao

1 sistema de faltas injusto e punitivo e ao modelo  
2 de aprendizagem por módulos, significa um  
3 ataque ao direito ao tempo livre. É exigida uma  
4 assiduidade não inferior a 90% da carga horária,  
5 e no caso de Formação em Contexto de Trabalho  
6 (FCT) 95%, ou mesmo 100%, em algumas  
7 escolas, com a obrigatoriedade de reposição das  
8 aulas, mesmo quando a responsabilidade não é  
9 dos estudantes, como é o caso de falta de  
10 professores, ausência por doença e mesmo em  
11 tempo de férias. Para além disto, verifica-se em  
12 alguns casos uma grande desregulação de  
13 horários, havendo casos em que são alvo de  
14 alterações semanalmente.

15 No que concerne aos **estágios**, estes são  
16 recorrentemente desprovidos da sua  
17 componente formativa, colocando os estudantes  
18 a servir de mão de obra gratuita, substituindo  
19 trabalhadores em postos de trabalho  
20 permanentes. Para além disto, muitos estágios  
21 não correspondem à área de formação e o  
22 subsídio de transporte ou alimentação nem  
23 sempre está garantido.

24 A realidade dos **subsídios insuficientes e/ou**  
25 **em atraso** constitui mais uma das dificuldades,  
26 situação agravada pelo actual contexto de  
27 aumento do custo de vida, podendo significar não  
28 ter dinheiro para os transportes, para os  
29 materiais escolares e até para comer.

30 Inúmeras escolas estão inseridas em prédios que  
31 não têm as **condições** para essa utilização, seja  
32 pela ausência de espaços comuns e de convívio  
33 ou de condições para a aprendizagem de  
34 determinadas componentes práticas, seja por  
35 não terem cantinas e/ou bares, bem  
36 como pavilhões desportivos.

37 As formas de financiamento variam e há uma  
38 grande facilidade na abertura de escolas  
39 profissionais, onde os critérios são muito vagos,  
40 os currículos variam, o critério de abertura de  
41 cursos estão refém de vontades individuais ou de  
42 grupos económicos de forma a servir as suas  
43 necessidades.

44 O que é preciso é a inserção numa via única de  
45 ensino com financiamento público, numa Escola  
46 Pública, Gratuita e de Qualidade, com currículos  
47 integrados e nacionais, com o devido equilíbrio  
48 de conteúdos teóricos e práticos, garantindo  
49 estágios curriculares, valorizando a carreira dos  
50 seus docentes, balizando a gestão feita entre os  
51 conteúdos teóricos e práticos, fomentando a  
52 formação integral do indivíduo.

53 Em suma, é preciso garantir que esta via de  
54 ensino corresponde às necessidades do País,  
55 das regiões e dos estudantes, que têm de ser  
56 devidamente valorizados e não aos interesses do  
57 capital.

58

## 59 2.4. Ensino Superior

60 No ensino superior, assinala-se o  
61 **aprofundamento de um caminho contrário ao**  
62 **apontado pela Revolução de Abril** e às  
63 necessidades dos estudantes, que leva décadas,  
64 mas que conheceu novos passos ao longo dos  
65 últimos anos.

66 Ao serviço do grande capital, as políticas dos  
67 sucessivos governos PS-PSD-CDS acentuam a  
68 **lógica do ensino enquanto serviço** e não  
69 enquanto um direito.

70 Procurando assegurar que a classe dominante  
71 mantém o domínio da produção de  
72 conhecimento, fecham-se as portas aos filhos  
73 dos trabalhadores, empurrando jovens para o  
74 mundo do trabalho e apenas permitindo estudar  
75 aqueles que têm dinheiro para o fazer.

76 Continua uma **intensa batalha ideológica**  
77 dentro das portas das Instituições de Ensino  
78 Superior (IES). Os currículos são marcados pela  
79 promoção do neoliberalismo, do anticomunismo,  
80 da inevitabilidade do capitalismo e visões anti-  
81 dialécticas da História e das ciências. Estas  
82 noções são acompanhadas pela profusão do  
83 pensamento pós-moderno, nomeadamente nas  
84 ciências sociais, imobilista face às profundas  
85 alterações sociais e à necessidade da

1 intervenção organizada, e deixam o pensamento  
2 marxista de lado.

3 Ao longo dos últimos anos assinala-se um  
4 aumento considerável nos **custos de**  
5 **frequência** do ensino superior.

6 Assiste-se à tendência da  
7 **desresponsabilização da Administração**  
8 **Central do Estado pelo financiamento do**  
9 **ensino superior.** Cada vez mais  
10 responsabilidades a nível de alojamento são  
11 garantidas pelas autarquias (que não recebem  
12 nenhum tipo de financiamento para o efeito). O  
13 financiamento próprio das IES representa uma  
14 fatia progressivamente mais significativa do seu  
15 financiamento, e é cada vez mais comum a  
16 presença de grandes grupos económicos nos  
17 seus órgãos de decisão.

18 Um caminho que se enquadra no processo mais  
19 geral da contra-revolução, que para o Ensino  
20 Superior tem como objectivo a sua privatização.

21 O Estado tem a **obrigação de financiar o**  
22 **Ensino Superior**, a partir do Orçamento do  
23 Estado. Aquilo que tem acontecido ao longo dos  
24 últimos anos é que o **peso do Estado no bolo**  
25 **geral do financiamento do Ensino Superior**  
26 **tem diminuído bastante.** Nos últimos 15 anos,  
27 o peso de transferência de verbas do Estado  
28 diminuiu em 8,5 pontos percentuais, enquanto  
29 cresce a percentagem de verbas que chegam  
30 dos privados, dos próprios bolsos dos estudantes  
31 e da UE.

32 A **propina** continua a representar a **principal**  
33 **barreira** à entrada e frequência do Ensino  
34 Superior, estabelecendo-se hoje nos 697 euros  
35 anuais após o congelamento conquistado pelos  
36 estudantes.

37 Reunidas as condições no plano institucional, o  
38 Governo PSD/CDS procura, pela primeira vez  
39 nos últimos dez anos, **umentar a propina** para  
40 710 euros e proceder à retirada dos tectos  
41 máximos para as propinas de Mestrado,  
42 contrariando o caminho aberto em 2015 pela luta  
43 dos estudantes e pela intervenção do PCP e da  
44 JCP, que permitiu a redução sucessiva da

45 propina entre 2016 e 2019. Um aumento que  
46 inverte um caminho de redução da propina e  
47 inicia um outro de aprofundamento da elitização  
48 do Ensino Superior.

49  
50 Procurando o Governo consolidar a ideia de que  
51 são só 13 euros e de que esse aumento é  
52 necessário ao reforço da acção social, a JCP  
53 reafirma a defesa do fim imediato da propina em  
54 todos os ciclos de estudo enquanto condição  
55 necessária para a concretização de um Ensino  
56 Superior mais justo.

57 A **Ação Social Escolar** é, neste momento,  
58 insuficiente e incapaz de responder aos custos  
59 que devia suportar, como a alimentação e  
60 transportes, impossibilitando que esta se afirme  
61 como um factor para a igualdade no ensino  
62 superior.

63 No que respeita ao **alojamento**, a existência de  
64 apenas 16208 camas em alojamento público (em  
65 Dezembro de 2024, de acordo com o  
66 Observatório do PNAES), o incumprimento  
67 do Plano Nacional de Alojamento no Ensino  
68 Superior (PNAES), a promoção de residências  
69 privadas e a inacção face à especulação do  
70 mercado privado impedem que muitos jovens  
71 osem sequer pensar em frequentar o ensino  
72 superior, forçando outros tantos a trabalhar  
73 enquanto estudam; as **bolsas** estão hoje  
74 subtraídas da sua importância, limitando-se, em  
75 muitos casos, a suportar o custo da propina; no  
76 que toca à **alimentação**, o custo da refeição  
77 social continua a aumentar ano após ano,  
78 superando, em muitos casos, os 3 euros. São  
79 cada vez menos as cantinas públicas geridas  
80 pelos Serviços de Acção Social, sendo muitas  
81 empurradas para a concessão, praticando o valor  
82 do tecto máximo, escasseando as que não  
83 aumentam o custo de ano para ano.

84 Continua a verificar-se a degradação das  
85 condições das **infra-estruturas** numa grande  
86 parte das IES e seus edifícios, assim como a  
87 **falta de cantinas.**

88 Muitos estudantes nacionais ou descendentes  
89 dos PALOP enfrentam barreiras adicionais à

1 frequência no Ensino Superior: propinas, nas  
2 quais nem sempre se verifica a redução prevista  
3 para estudantes PALOP, falta de acesso a aulas  
4 de português que permitam uma apreensão  
5 completa das matérias leccionadas, dificuldades  
6 no acesso a alojamento estudantil e na obtenção  
7 atempada de vistos.

8 O **Processo de Bolonha** levou à introdução de  
9 um sistema de avaliação (ECTs) que prejudicou  
10 a avaliação contínua e a estruturação de planos  
11 curriculares dos cursos, e levou à separação dos  
12 mestrados nos cursos em que este grau é  
13 necessário para trabalhar na área, que permitiu o  
14 aumento descontrolado das propinas neste grau  
15 de ensino. Bolonha representou um passo  
16 essencial para a elitização e privatização do  
17 ensino superior, a divisão do trabalho em certos  
18 sectores e a desestruturação dos cursos, com  
19 consequências no relacionamento interpessoal  
20 dos estudantes, nomeadamente em função do  
21 aumento da carga horária e da compactação dos  
22 conteúdos a leccionar.

23 Se Bolonha foi um passo no sentido da  
24 **ingerência da UE no ensino nacional**, a saída  
25 de Portugal destes acordos representa hoje uma  
26 necessidade para o retomar do caminho do  
27 Ensino Superior de Abril.

28 O **Regime Jurídico das Instituições de Ensino**  
29 **Superior (RJIES)** modela a organização de toda  
30 a estrutura do ensino superior e suas instituições.  
31 O seu actual conteúdo, aprovado em 2007,  
32 representa um dos maiores entraves à  
33 democracia nas faculdades e institutos  
34 politécnicos.

35 O actual regime substituiu estudantes nos órgãos  
36 de gestão por elementos externos, abriu caminho  
37 à fusão de instituições e instituiu o regime  
38 fundacional como forma ideal de organização  
39 das IES em que as faculdades são obrigadas a  
40 procurar financiamento privado.

41 A revisão do RJIES, que vem sendo adiada há  
42 mais de uma década, aponta agora para um  
43 **desvirtuamento da ideia de autonomia** das  
44 IES- de uma autonomia de gestão administrativa,

45 científica e patrimonial para uma autonomia face  
46 ao Estado e ao seu financiamento. Aquilo que a  
47 política de direita deseja para esta revisão é um  
48 aprofundamento do regime fundacional e a  
49 garantia do aumento da percentagem de  
50 financiamento privado e a criação de condições  
51 para a perpetuação da subrepresentação  
52 estudantil e da desvalorização do MAE a partir do  
53 reforço das competências do Provedor do  
54 Estudante.

55 A **revisão democrática do RJIES** com o fim do  
56 regime fundacional, o reforço da presença dos  
57 estudantes nos órgãos das Instituições e o  
58 reforço do financiamento público é essencial.  
59 Na investigação científica, que se encontra refém  
60 dos interesses do Capital, como demonstra a  
61 crescente canalização de recursos para colocar  
62 a Ciência ao serviço da Guerra persiste a falta de  
63 financiamento e predomina a precariedade  
64 associada às bolsas de investigação em  
65 detrimento da celebração de contratos de  
66 trabalho.

67  
68 Assinala-se a recente extinção da Fundação para  
69 a Ciência e Tecnologia e a criação da Agência  
70 para a Investigação e Inovação, situação que  
71 perspectiva o agravamento dos problemas  
72 identificados e que foi concretizada à revelia dos  
73 investigadores e bolseiros.

74  
75 Num quadro geral de subfinanciamento crónico  
76 do Ensino Superior, destacam-se as tremendas  
77 insuficiências verificadas em Instituições, por  
78 exemplo, do campo das Artes e das Letras, áreas  
79 centrais para o desenvolvimento integral do  
80 indivíduo e do País.

81  
82 Continuam a existir diferenças profundas entre o  
83 Ensino Superior Universitário e o **Ensino**  
84 **Superior Politécnico**, especialmente no que  
85 concerne ao financiamento.

86 A recente possibilidade de Institutos Politécnicos  
87 **ministrarem doutoramentos** representa um  
88 avanço positivo na valorização do Ensino  
89 Superior Politécnico, mas não supera o modelo  
90 binário no Ensino Superior e as discriminações a  
91 que este tipo de ensino é sujeito.

1 O Ensino Superior Politécnico necessita de estar  
2 liberto das garras das grandes empresas que  
3 determinam, em muitos casos, os cursos que as  
4 escolas oferecem, necessita de um reforço  
5 estrutural no seu financiamento e da  
6 concretização de um modelo único para o Ensino  
7 Superior.

8 O **ensino privado, cooperativo e**  
9 **concordatário**, tendo como prioridade a  
10 maximização do lucro e não as necessidades do  
11 País e dos estudantes, representa um aspecto  
12 negativo na orgânica do ensino superior. As  
13 barreiras no acesso ao ensino superior, aliadas  
14 aos custos diversos, nomeadamente de  
15 alojamento que se têm tornado incomportáveis  
16 para uma grande parte dos jovens que  
17 ambicionam frequentar o ensino superior, têm  
18 atirado cada vez mais jovens a procurar resposta  
19 no ensino superior privado e, em muitos casos,  
20 para a posição de trabalhador-estudante.

21

## 22 **2.5. Situação dos Jovens Trabalhadores**

23 A situação dos **jovens trabalhadores** no nosso  
24 País, não estando desligada dos problemas  
25 gerais dos trabalhadores, incorpora dimensões  
26 específicas com consequências à possibilidade  
27 da construção dos seus projectos de vida em  
28 Portugal.

29 A brutal ofensiva contra os direitos dos  
30 trabalhadores, com transferências históricas de  
31 rendimentos do trabalho para o capital, inclui a  
32 ofensiva ideológica, que visa camuflar junto da  
33 juventude a natureza do capitalismo, com o  
34 objectivo de acentuar a exploração e as  
35 desigualdades.

36 Baixos salários, precariedade e horários  
37 desregulados, elementos centrais para  
38 intensificar a exploração, marcam o panorama  
39 nacional da larga maioria dos jovens colocando  
40 profundos entraves à sua emancipação, sendo  
41 então condicionada a perspectiva da construção  
42 de uma família, a idade com que se tem o

43 primeiro filho, ou a saída de casa dos seus  
44 familiares.

45 A **precariedade** afecta cerca de 60% dos jovens  
46 trabalhadores, sendo que a esmagadora maioria  
47 dos novos contratos são precários.

48 Insistem na ideia de que ter um trabalho para a  
49 vida é coisa do passado e que é mesmo útil para  
50 a juventude ter alterações permanentes na sua  
51 vida, contactar com novas realidades, ganhar  
52 novas competências, para camuflar que a  
53 precariedade dos vínculos laborais é um flagelo  
54 que significa instabilidade permanente com  
55 reflexos também no desemprego e nos salários.

56 Pela particular incidência junto dos jovens  
57 trabalhadores, é de destacar o fenómeno dos  
58 falsos recibos verdes, que esconde uma  
59 verdadeira relação de trabalho, proliferando  
60 assim a concepção dos “trabalhadores  
61 independentes”, mas que têm horários e  
62 hierarquias definidas, dificultando a sua  
63 identificação como explorados contribuindo para  
64 um agravamento da precariedade e para a  
65 diminuição dos seus direitos.

66 Registam-se graves insuficiências na formação  
67 dos trabalhadores nos seus locais de trabalho.

68 À determinação dos partidos da política de direita  
69 de imporem um país de **baixos salários**, a luta  
70 de massas dos trabalhadores, mobilizada pela  
71 CGTP-IN e o Movimento Sindical Unitário, com  
72 um determinante papel e contributo do PCP e da  
73 JCP, contrapõe a exigência do aumento geral  
74 dos salários e alcançou subidas no SMN, ainda  
75 que insuficientes. Uma necessidade tão mais  
76 premente quando 52% dos jovens até aos 25  
77 anos recebem até 900 euros líquidos, e 64%  
78 recebem menos de 1200 euros. Realidade que  
79 não está desligada da caducidade da  
80 contratação colectiva, que serve os objectivos do  
81 patronato, permitindo a decisão unilateral de  
82 deixar caducar o contrato, avolumando assim a  
83 exploração e os lucros do grande capital. A  
84 **contratação colectiva** é um direito que permite  
85 aos trabalhadores consagrar e garantir direitos e  
86 aumentos salariais, podendo até ir mais longe do

1 que a própria lei, ou a regulação dos seus  
2 horários e contribui para a consolidação da  
3 unidade dos trabalhadores, sendo assim urgente  
4 a revogação da norma da sua caducidade.

5 O tempo para viver é também questão central  
6 para os jovens trabalhadores enquanto cresce a  
7 dificuldade de conciliar a vida pessoal com a vida  
8 profissional. Os **horários desregulados**, onde  
9 se destaca a generalização do **trabalho por**  
10 **turnos**, a implementação de **bancos de horas**,  
11 manobras dos patrões para não pagar trabalho  
12 extraordinário, ou ainda a implementação do  
13 teletrabalho, desregulam a vida pessoal e  
14 engordam os lucros do capital, dificultando o  
15 acesso à cultura, ao desporto, ao lazer e até ao  
16 descanso.

17 A redução do horário semanal de trabalho, sem  
18 perda de remuneração, para as **35 horas para**  
19 **todos** continua por concretizar na vida de  
20 milhares de jovens, apesar dos avanços  
21 tecnológicos que o permitiriam.

22 Regista-se ainda a degradação acelerada da  
23 **saúde mental** de jovens trabalhadores,  
24 realidade que não pode ser dissociada do  
25 desgaste que a exploração capitalista impõe  
26 sobre os trabalhadores, sendo que se acentuou  
27 durante o período da pandemia de Covid-19. É  
28 comum a exaustão extrema, com consequências  
29 na qualidade do sono e na própria  
30 alimentação, na saúde e no bem-estar a curto e  
31 a longo prazo.

32 Os problemas mencionados conduzem a uma  
33 realidade com particular impacto na juventude, a  
34 **emigração**. Hoje, quase 1 em cada 3 jovens  
35 nascidos em Portugal vive fora do País. São  
36 milhares de jovens, que fazem falta para o  
37 desenvolvimento económico do nosso país, mas  
38 aos quais a política de direita não só não  
39 apresenta soluções como empurra para  
40 procurarem condições de vida no estrangeiro.  
41 Esta questão não pode ser desligada da  
42 crescente divisão internacional do trabalho, tal  
43 como do aprofundamento da integração  
44 capitalista europeia a que o nosso País tem sido  
45 sujeito, onde as relações de submissão, que os

46 sucessivos governos aceitam e consolidam,  
47 ditam como único caminho a saída de jovens,  
48 desde logo os mais qualificados, que sirvam os  
49 interesses de outros países da UE.

50 Neste processo importa salientar a manobra  
51 realizada através da anunciada União das  
52 Poupanças e Investimentos, cujo objectivo é  
53 privatizar os sistemas de Segurança Social e  
54 colocar o dinheiro de quem trabalha ao serviço  
55 do capital, projecto cujas consequências se  
56 adivinham mais gravosas para os jovens  
57 trabalhadores.

58 O cenário actual tem impacto também na  
59 situação dos **trabalhadores imigrantes**, que se  
60 encontram numa situação particularmente  
61 vulnerável. Situação que se ampliou nos últimos  
62 anos e que não se pode desligar da decisão do  
63 Governo PS de acabar com o Serviço de  
64 Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e de não dotar a  
65 Agência para a Integração Migrações e Asilo  
66 (AIMA) dos recursos materiais e humanos  
67 necessários para a resolução dos problemas que  
68 estes trabalhadores sentem. Esta situação de  
69 vulnerabilidade é aproveitada pelo grande  
70 capital, que a utiliza para aprofundar a sua  
71 exploração, prosseguir a ofensiva sobre os  
72 direitos dos trabalhadores, com o objectivo de  
73 nivelar por baixo as condições de vida de todos  
74 os trabalhadores, independentemente da sua  
75 origem ou nacionalidade.

76 Sublinhe-se o crescimento acelerado de  
77 **trabalhadores das plataformas digitais**, cujo  
78 número teve um crescimento acelerado após a  
79 pandemia, multiplicando-se os seus problemas,  
80 designadamente, a ausência de contrato de  
81 trabalho, a falta de acesso a seguro no caso de  
82 acidente e subsídio de refeição, serem obrigados  
83 a comprar o material com que trabalham ou  
84 sofrerem penalizações arbitrarias em particular a  
85 suspensão das suas contas, visando a entrada  
86 de novas contas ainda a mais baixo custo.

87 Destacam-se também as condições vividas pelos  
88 **trabalhadores do comércio e serviços** que,  
89 aliado aos problemas mais gerais, sentem com  
90 especial dureza a desregulação dos seus

1 horários, sendo de sublinhar a sua reivindicação  
2 do fecho do comércio aos Domingos e Feriados  
3 e o encerramento às 22 horas nos restantes dias.

4 Também é de realçar a realidade dos **jovens**  
5 **operários**, alvo do aprofundamento da  
6 exploração por via do alargamento e  
7 desregulação dos horários com recurso à  
8 laboração contínua e turnos rotativos, através da  
9 subcontratação onde, ocupando o mesmo posto  
10 que outros colegas, gozam de menos direitos,  
11 piores salários, abusos por parte do patronato,  
12 visíveis das fardas ao acesso às instalações.

13 Para impedir o aumento dos salários os centros  
14 de difusão do capital insistem na ideia de que a  
15 solução para alterar o rumo de empobrecimento  
16 dos jovens trabalhadores é a redução dos  
17 impostos, visando acentuar a brutal **injustiça**  
18 **fiscal** vivida no nosso país, decorrente de uma  
19 fiscalidade cada vez mais regressiva oposta ao  
20 consagrado na Constituição da República  
21 Portuguesa. Os mesmos governos que impedem  
22 a descida do IVA para a eletricidade, gás e  
23 telecomunicações e do IRS para os  
24 trabalhadores abrem os cordões à bolsa quando  
25 o assunto é o IRC e as borlas fiscais.

26  
27 O pacote laboral anunciado pelo governo  
28 PSD/CDS, alinhado com os interesses do grande  
29 capital, representa um ataque aos direitos dos  
30 trabalhadores, especialmente dos jovens, ao  
31 promover uma ampla desregulação das relações  
32 laborais a favor do patronato sobre os falsos  
33 objectivos de flexibilização e modernização.

34 Estas medidas, que incluem a facilitação dos  
35 despedimentos sem justa causa, a imposição do  
36 banco de horas individual e grupal, tal como, o  
37 ataque à liberdade e organização sindical, visam  
38 generalizar a precariedade e intensificar a  
39 exploração, agravando as já difíceis condições  
40 de vida da juventude trabalhadora. Estas  
41 alterações, se concretizadas, representam um  
42 grave retrocesso social que aprofunda a  
43 desigualdade e a instabilidade no trabalho e na  
44 vida, adiando a emancipação e objectivos da  
45 juventude.

46 A proposta de alteração da Legislação Laboral,  
47 que prevê mais ataques à contratação colectiva  
48 e a imposição de acordos de empresa favoráveis  
49 ao patrão, mesmo contra a vontade dos  
50 trabalhadores, é mais um passo na estratégia de  
51 fragmentação do movimento sindical e de  
52 enfraquecimento da negociação colectiva.

53 No conjunto das propostas, salienta-se o  
54 gravíssimo ataque ao direito à greve e os  
55 ataques à liberdade sindical, que procuram  
56 limitar a inevitável luta dos trabalhadores.

57 Urge derrotar este pacote exigindo a revogação  
58 imediata deste anteprojecto e reforçar o apelo à  
59 mobilização dos jovens trabalhadores, em  
60 conjunto com o movimento sindical de classe,  
61 abrindo caminho também para a resolução dos  
62 problemas que já existem na actual lei e que  
63 afectam a vida da juventude.

## 64 **2.6. Outras Áreas da Vida da Juventude**

65 **2.6.1.** O acesso à **habitação** é central para o  
66 bem-estar, o desenvolvimento individual e  
67 colectivo e a emancipação da juventude. Está  
68 consagrado como direito no artigo 65º da CRP,  
69 mas as barreiras no seu acesso estão cada  
70 vez mais altas e a juventude vê-se impedida de  
71 comprar ou arrendar casa, observando-se que os  
72 jovens portugueses só conseguem sair de casa  
73 dos pais em média aos 30 anos. As rendas  
74 sofreram aumentos sucessivos, totalizando 50%  
75 entre 2021 e 2024. A UE e o Banco Central  
76 Europeu (BCE), ao serviço do capital financeiro,  
77 aumentaram as taxas de juro a partir de 2022 e  
78 provocaram uma subida desmedida dos créditos  
79 à habitação. Ao mesmo tempo, os salários reais  
80 não acompanham essa dinâmica e os grandes  
81 grupos económicos lucram milhões.

82 PS, PSD e CDS partilham entre si os golpes  
83 contra o acesso à habitação, transformando-a  
84 numa mercadoria. Os últimos anos foram  
85 marcados pelo crescente abandono da habitação  
86 pública, salientando-se a realidade de apenas  
87 2% da habitação ser pública, a venda das nossas  
88 cidades aos fundos imobiliários e pela  
89 especulação, de mãos dadas com o Novo  
90 Regime do Arrendamento Urbano (NRAU),  
91 conhecido como a “Lei dos Despejos” de 2012,

1 ainda em vigor. O pacote Mais Habitação da  
2 maioria absoluta do PS, a isenção do IMT, que  
3 apenas serve uma minoria de jovens, e a  
4 caracterização de rendas de 2300 euros como  
5 moderadas, procurando convencer que a forma  
6 de resolver a crise da habitação é feita por via de  
7 benefícios fiscais para quem especula, do  
8 Governo PSD/CDS seguem este caminho,  
9 fingindo resolver o problema, mas ignorando e  
10 até aprofundando as suas facetas.

11 Agudizam-se as injustiças, mas desenvolve-se a  
12 luta pelo direito à habitação. Desde 2023 que  
13 milhares de pessoas saíram às ruas de todo o  
14 País, em grandes acções dinamizadas por  
15 movimentos que se vêm afirmando e com um  
16 grande contributo da juventude. Exigem a  
17 diminuição das taxas de juro, o fim dos despejos,  
18 o alargamento dos contratos e o reforço da  
19 habitação pública. É necessário travar a  
20 especulação e efectivar a habitação enquanto  
21 um direito para todos.

22 **2.6.2. As discriminações e a difusão dos**  
23 **preconceitos** e injustiças são uma das marcas  
24 do capitalismo, que promove o ódio e a divisão  
25 da juventude e dos trabalhadores para impedir a  
26 identificação dos responsáveis pela exploração e  
27 pelas injustiças e a unidade em torno da luta pela  
28 alternativa, ao mesmo tempo que através do  
29 simulacro da sua superação, edifica linhas de  
30 ofensiva que visam substituir a solidariedade de  
31 classe pela solidariedade em função de  
32 diferentes critérios. A luta contra a política de  
33 direita é o caminho para garantir a todos  
34 independentemente do sexo, da cor da pele,  
35 identidade ou orientação sexual, religião ou país  
36 de origem, a igualdade no acesso ao trabalho  
37 com direitos, à habitação digna, à educação, à  
38 saúde, à mobilidade, à cultura e ao desporto, tal  
39 como o nosso povo inscreveu na Constituição de  
40 Abril.

41 Persiste a **desigualdade entre homens e**  
42 **mulheres** na escola, no trabalho e na vida. As  
43 mulheres continuam a ser empurradas para  
44 profissões com um salário médio inferior ao dos  
45 homens (menos 13,2%, em 2024). O facto de  
46 estarem em maior número nas profissões ligadas

47 ao comércio aumenta o seu peso nos  
48 trabalhadores com horários desregulados. À  
49 excepção de algumas profissões específicas,  
50 têm mais dificuldades em aceder a lugares de  
51 chefia e são alvos preferenciais da repressão.

52 O direito pleno à **saúde sexual e reprodutiva**  
53 das mulheres é colocado em causa, verificando-  
54 se retrocessos no acesso à Interrupção  
55 Voluntária da Gravidez no Serviço Nacional de  
56 Saúde, com cada vez mais regiões do nosso  
57 País onde este direito é negado. Também a  
58 forma como a gravidez, o parto e o pós-parto são  
59 olhados e tratados, como, por exemplo, se  
60 expressa no pacote laboral do governo do PSD-  
61 CDS, ou nas suas medidas de desinvestimento  
62 no SNS, com reflexo no crescente número de  
63 urgências de obstetrícia e ginecologia  
64 encerradas. As mulheres continuam a ser os  
65 principais alvos de violência no namoro, violência  
66 doméstica, assédio sexual ou violação, exigindo-  
67 se reais políticas de prevenção e apoio à vítima.  
68 A degradação das suas condições de vida  
69 empurra centenas de mulheres para a  
70 prostituição, colocando em causa o seu direito à  
71 dignidade, deixando-as vulneráveis à  
72 chantagem, à violência física e emocional, que se  
73 traduz numa das formas mais brutais da  
74 exploração do corpo. Enquanto o capital procura  
75 fazer passar a prostituição por um trabalho,  
76 branqueando a dureza desta realidade,  
77 promovendo a sua legalização e, por essa via, a  
78 sua banalização, sabemos bem a realidade que  
79 a ela está associada- violência,  
80 toxicod dependência, inserção em redes de tráfico  
81 humano.

82 É num quadro de crescente mercantilização do  
83 corpo da mulher, alimentando a ideia do  
84 capitalismo de que tudo se compra e tudo se  
85 vende, que assistimos a cada vez mais mulheres  
86 - em particular as jovens - a venderem conteúdos  
87 íntimos online, que contribuem, a par da  
88 prostituição e da pornografia, para uma visão  
89 mercantilizada do corpo da mulher, banalizando  
90 comportamentos violentos.

91 Os jovens continuam a confrontar-se com  
92 situações de **discriminação em função da**

1 **identidade e orientação sexual** no acesso a  
2 direitos fundamentais como a habitação, o  
3 acesso à saúde, nomeadamente os jovens  
4 transexuais no acesso a unidades de saúde  
5 especializadas, hoje insuficientes, e a falta de  
6 serviços de psicologia seja no SNS, nas Escolas  
7 Secundárias ou nas IES. No trabalho, no acesso  
8 a um vínculo efectivo ou um horário regulado.  
9 Discriminações que têm impactos diferenciados  
10 face à condição de classe de cada um e que se  
11 consubstanciam, também, a partir das  
12 necessidades materiais que não vêm  
13 garantidas.

14 As discriminações e **preconceitos** limitam os  
15 jovens no seu direito a serem felizes, a namorar,  
16 a emanciparem-se, sendo quem são.  
17 Preconceitos que influenciam a forma como se  
18 relacionam com os outros e consigo mesmos na  
19 sala de aula, no desporto que praticam, na casa  
20 que têm que partilhar. Que impactam na sua  
21 saúde mental, no ambiente familiar e escolar em  
22 que, por exemplo, um jovem em função da sua  
23 orientação sexual pode ver adiado o afecto, o  
24 amor, o entusiasmo de ser jovem e a alegria.

25 Discriminações e preconceitos fomentados pelo  
26 **discurso reaccionário e de ódio** que diferentes  
27 protagonistas da política de direita difundem  
28 cada vez mais. Que agravam o medo de quem,  
29 pelas suas características, se vê forçado ao  
30 isolamento dos seus amigos e da família. Que  
31 alimentam a reprodução da violência, que  
32 induzem a negação e o apagamento da sua  
33 identidade ou orientação sexual, e causam um  
34 profundo sofrimento associado ao  
35 encurralamento entre o medo de ser-se quem  
36 realmente se é e uma vida simulada que encaixe  
37 nos preconceitos. Ódio que procura quebrar e  
38 dividir, que se alastra a todo o tipo de  
39 discriminações e preconceitos, que mata. Ódio  
40 que se combate com a construção do mundo  
41 novo pelo qual lutamos, onde cada um será  
42 emancipado.

43 O **racismo e a xenofobia** com que se  
44 confrontam milhares de pessoas interessa ao  
45 capital manter enquanto instrumento para dividir  
46 os trabalhadores com a culpabilização do outro e

47 para esconder os verdadeiros culpados das  
48 dificuldades que todos enfrentam no dia-a-dia,  
49 para impedir a identificação dos responsáveis  
50 pela exploração e alimentar discursos populistas  
51 de ódio.

52 Assistimos a uma segregação em função da  
53 nacionalidade, etnia e cor da pele, que se verifica  
54 no acesso à habitação, à educação, ao trabalho  
55 com direitos e até ao igual acesso às diferentes  
56 instituições do Estado.

57 São alimentados sentimentos de divisão,  
58 racismo e xenofobia a partir do ataque aos  
59 serviços públicos e à substituição do seu carácter  
60 universal por respostas assistencialistas, através  
61 de campanhas propagandísticas que têm vívidas  
62 repercussões no dia-a-dia das populações. É  
63 exemplo disso a falta de vagas nas creches, a  
64 falta de habitação pública, medidas securitárias  
65 ou a exclusão e segregação imposta às  
66 populações dos bairros pela sua natureza de  
67 classe, procurando virar os que ficam sem  
68 resposta contra os seus semelhantes em vez de  
69 apontarem os verdadeiros responsáveis - os que  
70 acumulam toda a riqueza a partir da sua  
71 exploração.

72 O Estado tem de garantir a todos os cidadãos o  
73 direito ao trabalho com direitos, criando  
74 condições para a regularização dos **imigrantes**,  
75 permitindo assim que tenham acesso aos direitos  
76 fundamentais para uma vida digna,  
77 nomeadamente uma habitação digna. A nova lei  
78 dos estrangeiros dificulta este processo,  
79 designadamente com a limitação do  
80 reagrupamento familiar e restrição à atribuição  
81 de autorização de residência, e tem como  
82 objectivo instrumentalizar os imigrantes para  
83 aprofundar a exploração e atacar os direitos dos  
84 trabalhadores, enquanto se mantêm as portas  
85 abertas para os vistos gold e os denominados  
86 residentes não habituais.

87 A aprovação da nova lei da nacionalidade, de  
88 PSD/CDS/CH/IL, corresponde a um  
89 desenvolvimento negativo, procurando dificultar  
90 o processo de naturalização, criar estigmas e  
91 preconceitos, a partir de uma redefinição do

1 conceito de nacionalidade. Destacamos, neste  
2 seguimento, a medida que propõe o fim das  
3 manifestações de interesse, com o propósito de  
4 eliminar a possibilidade de inúmeros imigrantes  
5 de trabalharem em Portugal, excluindo também  
6 os milhares que há anos estão em lista de  
7 espera.

8 Sendo um fenómeno com expressão pública  
9 crescente, é potenciado pela difusão de ideias  
10 reaccionárias, visando a criação de falsos  
11 inimigos no seio das camadas populares, a  
12 segmentação das populações e a intensificação  
13 da exploração.

14 Os **jovens com deficiência** encontram-se numa  
15 situação de particular vulnerabilidade económica  
16 e social, espelhada no isolamento social, com  
17 dificuldades acrescidas de acesso a serviços  
18 públicos, funções sociais do Estado e à  
19 habitação. Os jovens com deficiência  
20 confrontam-se, designadamente, com a falta de  
21 acompanhamento nas aulas, com a ausência de  
22 apoios específicos na saúde, a dificuldade de  
23 acesso a locais públicos, a falta de desportos  
24 adaptados, a dificuldade de acesso ao emprego  
25 e muitos outros.

26 **2.6.3. A cultura** enfrenta hoje um ataque de  
27 vasta magnitude, que visa comprometer a  
28 criação e o acesso à fruição cultural. A difusão do  
29 pensamento dominante, da cultura da classe  
30 dominante, constitui um poderoso instrumento do  
31 capital, garantindo assim mais uma arma no  
32 confronto ideológico, procurando por essa via,  
33 uma **hegemonização ideológica**.

34 O caminho de desinvestimento, continuando por  
35 cumprir o 1% do OE para a cultura, a recente  
36 fusão do Ministério da Cultura com o Desporto e  
37 Juventude, a degradação das estruturas públicas  
38 que garantam a gestão das mais diversas áreas  
39 culturais, as inúmeras assimetrias regionais na  
40 oferta e nos equipamentos culturais, ao que  
41 acrescem ainda os custos elevados por exemplo,  
42 para a compra de um livro ou de uma ida ao  
43 teatro, são elementos que conduzem a um  
44 aprofundamento das dificuldades de acesso à  
45 fruição cultural, demonstrando claramente o

46 desprezo que a política de direita tem para com  
47 a Cultura.

48 Os trabalhadores da cultura são confrontados  
49 com o flagelo da precariedade, da instabilidade,  
50 do desemprego, de salários baixos e do recurso  
51 aos falsos recibos verdes.

52 Aos jovens falta financiamento e apoios públicos  
53 para a criação cultural, faltam aparelhos culturais  
54 com condições dignas, falta o alargamento da  
55 rede pública de ensino artístico especializado e  
56 incentivos para que todos participem  
57 culturalmente.

58 A defesa da soberania e independência  
59 nacionais, enquadrada na luta pelo  
60 aprofundamento da democracia, exige a defesa  
61 da cultura nacional, a construção de um serviço  
62 público de cultura, inserindo neste plano as  
63 expressões artísticas e manifestações populares  
64 de cultura, as tradições, os convívios e festas,  
65 música e jogos populares.

66 **2.6.4. O desporto e a actividade física** são, não  
67 só elementos essenciais para a formação integral  
68 do indivíduo, como direitos consagrados na  
69 Constituição. Em sentido contrário, está o  
70 caminho seguido pela política de direita, de  
71 elitização crescente e de redução da base da  
72 prática desportiva. Importante para o  
73 desenvolvimento de uma vida saudável e para a  
74 construção de uma vida social democrática,  
75 conta com um crescente número de praticantes,  
76 apesar do **caminho de desinvestimento**.

77 Portugal encontra-se no fim da lista, quando  
78 comparado com outros países da Europa, no que  
79 se trata de actividade física, o que se relaciona  
80 com a falta de equipamentos desportivos  
81 públicos, uma parte dos quais é deixada ao  
82 abandono. Somam-se os custos para a prática  
83 desportiva, também eles crescentes e que  
84 sobrecarregam as famílias.

85 Uma **crescente mercantilização** e submissão  
86 aos interesses de grupos económicos marca o  
87 sector, que leva ao abandono de modalidades  
88 consideradas menos rentáveis.

1 O **insuficiente financiamento do movimento**  
2 **associativo popular**, continua a colocar  
3 entraves a um dos principais mecanismos de  
4 contacto da juventude com o desporto e da  
5 prática desportiva, decisivo para uma verdadeira  
6 democratização do desporto.

7 No caminho a percorrer para uma verdadeira  
8 política desportiva nacional, importa garantir a  
9 concretização da Carta Desportiva Nacional,  
10 para a identificação de lacunas dos  
11 equipamentos desportivos.

12 **2.6.5. O Movimento Associativo Juvenil**  
13 **(MAJ)**, não obstante dificuldades que lhe são  
14 impostas, constitui hoje uma importante  
15 realidade. Com estruturas nacionais, algumas  
16 com milhares de sócios e participantes, regionais  
17 e locais, estruturadas ou não na Federação  
18 Nacional de Associações Juvenis (FNAJ), conta  
19 ainda com inúmeras expressões não formais, por  
20 vezes efémeras.

21 O MAJ tem uma intervenção muito diversificada,  
22 no desporto, na cultura, no convívio, na acção  
23 social, no intercâmbio, entre muitas outras  
24 temáticas.

25 O **associativismo** no nosso País enfrenta  
26 dificuldades que se acentuaram durante a  
27 epidemia de Covid-19 e que persistem,  
28 decorrentes da falta de financiamento e do  
29 Regime Jurídico do Associativismo Jovem, que  
30 continuam a impactar negativamente,  
31 designadamente pelo seu burocratismo, a  
32 actividade e subsistência das associações,  
33 sobretudo as de carácter não formal. Destacam-  
34 se a falta de apoios financeiro s e logísticos,  
35 em especial às associações que se encontram  
36 sem espaço próprio.

37 O actual Instituto Português do Desporto e da  
38 Juventude (IPDJ), produto da fusão do Instituto  
39 Português da Juventude (IPJ) com o Instituto  
40 Português do Desporto (IPD), em 2011, perpetua  
41 a desvalorização do desporto e da prática  
42 desportiva, bem como das políticas da juventude,  
43 exigindo-se, cada vez mais, a separação das  
44 duas matérias.

45 A JCP considera essencial a eliminação das  
46 barreiras que afectam as associações juvenis e  
47 condicionam a sua autonomia, desde logo  
48 através do aumento do seu financiamento e  
49 apoios que lhes são destinados, bem como a  
50 desburocratização dos processos, eliminando os  
51 entraves colocados na criação e legalização das  
52 associações, bem como o reconhecimento do  
53 associativismo não formal.

54 **2.6.6. Os processos de liberalização e**  
55 **privatização dos transportes** colocam em  
56 causa a garantia do serviço às populações que  
57 necessitam e até dependem destes para estudar  
58 e trabalhar. As populações confrontam-se  
59 diariamente com transportes sobrelotados, com  
60 a falta de cobertura na área onde vivem,  
61 conseqüências da ausência de investimento, e  
62 de uma política que trava o acesso universal à  
63 mobilidade.

64 Apesar de se valorizar a gratuidade do passe  
65 social para todos os jovens até os 23 anos, é  
66 necessário ir mais longe. O **acesso universal à**  
67 **mobilidade e transportes** é uma das  
68 responsabilidades do Estado Central que tem de  
69 garantir o bem-estar das populações, com uma  
70 cobertura nacional eficaz e de qualidade, ao  
71 contrário do que tem acontecido de norte a sul do  
72 País com a mudança de horários, supressão de  
73 carreiras e quebras na oferta pública.

74 **2.6.7. Aprofundam-se as assimetrias regionais**  
75 com uma redução da população, entre os 15 e os  
76 24 anos, numa década, em muitos concelhos do  
77 interior do País superior a 30%. Fortalecer o  
78 Poder Local Democrático e a sua capacidade de  
79 intervenção e concretizar a **Regionalização**  
80 permitiria que fossem planeadas e concretizadas  
81 medidas focadas nas necessidades das  
82 populações, assentes no desenvolvimento  
83 regional. Não romper com as opções de décadas  
84 em questões como a promoção do desporto, da  
85 cultura e património, na definição de prioridades  
86 de investimento, na conservação da natureza,  
87 na saúde, educação e transportes, bem como a  
88 falta de emprego, leva a que muitos jovens  
89 deixem as suas terras e migrem para o litoral e  
90 áreas metropolitanas para construir a sua

1 vida, abandonando o interior e as Regiões  
2 Autónomas.

3 **2.6.8.** As alterações climáticas, a degradação  
4 dos ecossistemas, acentuação de fenómenos  
5 climáticos extremos e todo o tipo de **problemas**  
6 **ambientais** constituem uma preocupação da  
7 juventude. Problemas ambientais que são fruto  
8 da insustentabilidade do modo de produção  
9 capitalista, que coloca o lucro à frente das  
10 necessidades das populações e da preservação  
11 do ambiente e, simultaneamente, produz em  
12 excesso e condena milhões de seres humanos à  
13 fome e à falta das mais básicas condições de  
14 vida e que produz as armas, que para além das  
15 vidas que ceifam, destroem o ambiente e tudo o  
16 que o trabalho constrói.

17 O capitalismo não é verde, mas há quem assim  
18 o tente pintar. Para o capital seria impensável  
19 admitir a necessidade da superação do  
20 capitalismo para a resolução dos problemas  
21 ambientais, tentando convencer a juventude que  
22 é possível, no seu seio, encontrar as soluções.

23 Na UE assistimos a fortes campanhas  
24 propagandísticas em torno dos gases de efeito  
25 de estufa da atmosfera, dos benefícios fiscais da  
26 “fiscalidade verde” e das Conferências para as  
27 Alterações Climáticas da ONU (COPs).  
28 Instrumentos como os fundos de perdas e danos  
29 e os mercados de carbono procuram fazer da  
30 mercantilização do Ambiente uma porta para  
31 uma reindustrialização dita “verde”, agora  
32 conjugada com o belicismo, na noção de  
33 “militarismo verde”, que privilegie os principais  
34 grupos económicos da UE, em detrimento dos  
35 interesses dos povos. Em Portugal, prossegue-  
36 se esta política, com consequências lesivas para  
37 o nosso País e para a juventude e os  
38 trabalhadores, de que é exemplo o encerramento  
39 da refinaria de Matosinhos, em 2021.

40 É fundamental desenvolver uma verdadeira  
41 política ambiental, que envolva e valorize às  
42 necessidades das populações e dos  
43 trabalhadores, que proteja as espécies e os  
44 ecossistemas, que prepare o País, para  
45 fenómenos climáticos extremos como as cheias

46 e os incêndios florestais, trave a destruição dos  
47 solos e encurte as cadeias de produção, que  
48 contribua para pôr fim à guerra e para o  
49 desarmamento generalizado, simultâneo e  
50 controlado.

51 **2.6.9.** Os **comportamentos adictivos e as**  
52 **dependências**, o consumo de drogas, tabaco e  
53 álcool, a proliferação de novos fenómenos  
54 aditivos como as apostas desportivas, o jogo  
55 *online*, os ecrãs, a *internet* e as redes sociais, são  
56 indissociáveis do sistema capitalista,  
57 designadamente por serem fenómenos  
58 altamente lucrativos e que contribuem para a  
59 dominação social. Fenómenos esses que se  
60 relacionam com a degradação das condições de  
61 vida da juventude e da necessidade de busca de  
62 mecanismos de fuga.

63 A estas causas de fundo somam-se ainda as  
64 graves consequências da política de  
65 desinvestimento na saúde e de prevenção de  
66 dependências, de que é exemplo a actual falta de  
67 meios e de financiamento do Instituto para os  
68 Comportamentos Aditivos e as Dependências  
69 (ICAD), parte de um trajecto de  
70 desmantelamento da estratégia nacional de  
71 prevenção de dependências em que se inseriu,  
72 durante o anterior governo PSD/CDS, a extinção  
73 do Instituto da Droga e Toxicodependência (IDT)  
74 deixando, durante anos, o País sem uma  
75 estrutura única de intervenção na área das  
76 dependências.

77 O combate às dependências exige respostas que  
78 tenham em conta a relação que cada indivíduo  
79 estabelece com as substâncias e os  
80 comportamentos adictivos, rejeitando caminhos  
81 baseados na repressão e estigmatização, assim  
82 como estratégias de combate iguais a  
83 fenómenos diferentes, ou soluções de  
84 liberalização do mercado de venda e consumo de  
85 drogas. Exige-se ainda a resposta ao conjunto  
86 dos flagelos sociais, visando a prevenção,  
87 políticas de acompanhamento, reabilitação e  
88 reinserção.

89 **2.6.10.** O **Serviço Nacional de Saúde** é há  
90 décadas, alvo da política de direita, que procura

1 a destruição deste serviço público, uma  
2 conquista fundamental de Abril, com o objectivo  
3 de abrir portas à privatização e ao negócio da  
4 doença. Assinala-se como negativa a  
5 generalização da adopção das consultas via  
6 online, ou a obrigação da realização de pré-  
7 triagens por chamada telefónica, quando o  
8 necessário é reforçar a capacidade de resposta  
9 do SNS. A falta de profissionais aprofunda más  
10 condições de trabalho, como a desregulação de  
11 horários, levando a que muitos abandonem o  
12 serviço público, e que os que ficam, em particular  
13 os jovens, sejam encarados como meros  
14 tarefeiros.

15 O SNS é de todos e tem de estar acessível a  
16 todos os jovens, potenciando um contacto de  
17 proximidade, particularmente com os cuidados  
18 de saúde primários, a prevenção da doença e a  
19 promoção da saúde. Importa alargar as  
20 respostas do SNS na saúde sexual, mental,  
21 visual, oral e nutricional, essenciais para  
22 garantir a saúde e o bem-estar da juventude.  
23 Salienta-se a necessidade de dar combate à  
24 degradação da saúde mental dos jovens, onde  
25 20% das crianças e adolescentes, têm pelo  
26 menos uma perturbação mental e quase 31%  
27 dos jovens apresentam sintomas depressivos.

28 2.6.11. **O desenvolvimento tecnológico e**  
29 **científico**, nomeadamente o desenvolvimento  
30 da **inteligência artificial**, e as suas aplicações  
31 na educação, no trabalho e no nosso dia-a-dia,  
32 apresentam enormes potencialidades para a  
33 melhoria da qualidade de vida da juventude.

34 No entanto, nas mãos do Capital, com o  
35 desenvolvimento tecnológico surgem também  
36 problemas associados à sua utilização para a  
37 difusão de desinformação, assim como para  
38 intensificar a exploração e a mera substituição do  
39 homem pela máquina, impedindo o seu potencial  
40 para o desenvolvimento e progresso social,  
41 designadamente a redução significativa da  
42 jornada de trabalho.

43 A criatividade e a luta da juventude, dos  
44 trabalhadores e do povo, associadas aos  
45 avanços tecnológicos, deixam evidente o mundo

46 novo que é possível construir, quando forem  
47 colocados ao serviço da ampla maioria da  
48 sociedade.

49

### 50 **3. A Ofensiva Ideológica**

51 Com os olhos postos na normalização do sistema  
52 e da exploração em que este assenta, consolida-  
53 se a ofensiva ideológica, que utiliza, entre outros,  
54 os meios de comunicação, estruturas digitais,  
55 redes sociais e a manipulação da produção  
56 cultural e científica. Essa ofensiva procura  
57 afirmar o capitalismo como sistema inevitável,  
58 promovendo valores centrados no  
59 **individualismo e na competição**, enquanto  
60 tenta normalizar as injustiças, desvaloriza o  
61 pensamento crítico da juventude, a acção  
62 colectiva e luta organizada em torno dos seus  
63 direitos. A concentração do poder de informar,  
64 nas mãos de poucos grupos económicos,  
65 contribui para restringir o acesso a projectos que  
66 apontam para a superação do sistema  
67 capitalista, excluindo, desvalorizando e  
68 deturpando posições que se oponham ao actual  
69 estado das coisas.

70 A juventude é um alvo central dessa ofensiva.  
71 Na Escola, promovem-se o individualismo, a  
72 meritocracia e a competição, como é o caso das  
73 tentativas de incluir o empreendedorismo e a  
74 chamada literacia financeira nos currículos  
75 escolares, as concepções difundidas nos  
76 manuais escolares e ainda na produção  
77 ideológica, da classe dominante, em certos  
78 centros universitários. Procura-se substituir a  
79 consciência e os elos de classe pela competição  
80 entre os jovens que, na lógica dominante, devem  
81 estar prontos a passar por cima do próximo e a  
82 habituarem-se a contar os tostões que lhes irão  
83 sobrar ao final do mês de trabalho. Nos **meios**  
84 **de comunicação dominantes**, é evidente o  
85 esforço para “normalizar” as desigualdades,  
86 apresentando a precariedade e a flexibilidade no  
87 trabalho como condições inevitáveis e até  
88 desejáveis. Uma narrativa que procura conter a  
89 consciência de classe, promovendo uma cultura  
90 de conformismo e passividade.

1 Procuram, protegidos pelas leis que aprovaram,  
2 à margem da Constituição da República  
3 Portuguesa, **limitar a discussão, organização e**  
4 **consequente intervenção** dos jovens, bem  
5 como das suas estruturas representativas.  
6 Promovem a alienação e a participação em  
7 espaços paralelos ou institucionalizados, de que  
8 são exemplo os Orçamentos Participativos e o  
9 Parlamento dos Jovens, que, num simulacro de  
10 participação, afastam os estudantes da  
11 intervenção da sua escola, com os seus colegas  
12 e em torno da sua realidade concreta,  
13 incentivando a promoção pessoal, visão que  
14 reduz a política ao carreirismo político-partidário.  
15 Aspecto que se confirma no Ensino Superior,  
16 com a proliferação e consolidação de estruturas  
17 associativas de cúpula, assentes na mesma  
18 lógica individualista.

19 A **precariedade e a sua consolidação** como  
20 regra é outra dimensão central da ofensiva  
21 ideológica. Apresenta-se como moderno, como  
22 “fase de transição”, ou oportunidade de  
23 crescimento o que, na verdade, não passa de  
24 intensificação da exploração. Usam as  
25 inovações tecnológicas para apresentar como  
26 empresários/empreendedores milhares de  
27 jovens cuja exploração é intermediada por  
28 aplicações digitais e promovem-se esquemas  
29 sob a capa de dinheiro fácil. Fomentam divisões  
30 e aproveitam para, dessa forma, aumentar o  
31 lucro.

32 A **terminologia corporativa** que substitui  
33 “trabalhador” por “colaborador”, as introduções  
34 do conceito de “salário emocional” são usadas  
35 para **diluir a distinção entre as classes**,  
36 deslegitimar a luta de classes e esvaziar o  
37 conceito de organização sindical. Criam  
38 sindicatos ditos independentes, mas ligados  
39 umbilicalmente aos patrões, que procuram  
40 enfraquecer a unidade dos trabalhadores e o  
41 prestígio dos sindicatos de classe.

42 A ofensiva ideológica é também visível no  
43 processo de **reescrita da história**, que procura,  
44 entre outros, equiparar o nazi-fascismo ao  
45 comunismo, reabilitar o fascismo, minimizar  
46 e menorizar o papel dos comunistas na luta pelo

47 seu derrubamento e pela defesa dos valores  
48 de Abril, invocar o 25 de Novembro como o que  
49 não foi, falsificando factos, ligando  
50 falsamente a política praticada pelos Governos  
51 dos últimos cinquenta anos ao regime  
52 democrático de Abril. Pretendem afirmar a  
53 ideia de um 25 de Abril desprovido da sua  
54 componente essencial, o processo libertador do  
55 povo português das amarras de um regime  
56 opressivo ao serviço dos monopólios e dos  
57 latifundiários, e desvalorizar o processo  
58 revolucionário, que resultou na conquista, por  
59 parte dos trabalhadores e do povo, de um  
60 conjunto de direitos, liberdades e garantias, ao  
61 nível económico, social e cultural, reduzindo-o à  
62 sua componente política e, mesmo assim,  
63 apontada como uma mera etapa na construção  
64 de uma democracia “liberal-burguesa”.

65 A ofensiva estende-se às **redes sociais e**  
66 **plataformas digitais**, que têm um papel cada  
67 vez mais importante na formatação das  
68 consciências. Detidas pelo grande capital  
69 internacional, promovem conteúdos que  
70 reforçam a visão conformista e individualista,  
71 apresentando o consumismo e a competitividade  
72 como valores centrais, na perseguição de um  
73 estilo e projecto de vida da classe dominante. Os  
74 algoritmos impulsionam a desinformação e as  
75 visões superficiais, enquanto limitam o alcance  
76 de perspectivas críticas ou divergentes à  
77 narrativa do sistema.

78 A intervenção nestes espaços tem de ter em  
79 conta os elementos acima descritos, o controle  
80 por conglomerados de comunicação e pelos seus  
81 objectivos a possibilidade de, de um momento  
82 para o outro, como se verificou recentemente,  
83 tomarem a decisão de limitar e até mesmo  
84 remover conteúdos e páginas que não se  
85 alinhem com a narrativa dominante. E não  
86 deverá contribuir para o aprofundamento da  
87 individualização e isolamento físico do activismo,  
88 da discussão e da intervenção, para a divisão da  
89 juventude e entrincheiramento de cada um em  
90 torno do seu problema específico, sem atenção,  
91 preocupação ou acção em torno de problemas,  
92 que sendo concretos, afectam o colectivo.

1 Promove-se a chamada acção directa e o  
2 activismo das redes, diminuindo o papel da  
3 intervenção colectiva e organizada, assistindo-se  
4 à multiplicação de “movimentos” e “colectivos”  
5 “inorgânicos” cuja acção, muitas vezes, se pauta  
6 pelo aventureirismo, baseado numa análise  
7 desligada da vida real, da actual fase histórica,  
8 conjuntura e das próprias massas, unicamente  
9 atento às dinâmicas mediáticas.

10 Entre as dezenas de grupos que surgem,  
11 destacamos a prevalência de uma **linha política**  
12 **esquerdista**, assente numa lógica de  
13 desvalorização e subalternização do papel dos  
14 partidos e organizações sociais, que foram e são,  
15 as estruturas políticas e de intervenção cívicas  
16 de organização e influência de classe, dominada  
17 e dominante. Grupos que têm em comum o anti-  
18 comunismo primário, tendo mesmo, em alguns  
19 casos, como único elemento fundacional,  
20 agregador e programático, o ataque à acção e ao  
21 prestígio do PCP e da JCP, não apresentando,  
22 por sua vez, um caminho com objectivos  
23 imediatos e a médio prazo, que dê resposta às  
24 necessidades da juventude e dos trabalhadores,  
25 para a superação revolucionária do capitalismo,  
26 limitando-se ao verbalismo pseudo-  
27 revolucionário.

28 No que concerne a questões no plano  
29 internacional, e a cobro do tacticismo de afirmar  
30 o ideal comunista como ultrapassado,  
31 **estruturas social-democratizantes**,  
32 constituem-se como acérrimos defensores das  
33 posições defendidas pela direita, a UE, a NATO  
34 e os EUA. Para garantir o aval dos meios de  
35 comunicação social, defendem seja activamente  
36 ou por omissão, o papel e as guerras da NATO e  
37 dos EUA; procuram não enfrentar os problemas  
38 decorrentes da UE e da adesão de Portugal ao  
39 Euro; desenvolvem ainda, noutra dimensão, nas  
40 escolas, nas IES e nos locais de trabalho,  
41 dinâmicas paralelas, que visam a quebra da  
42 unidade dos estudantes, do movimento sindical  
43 unitário, procurando no processo isolar os  
44 comunistas e, dessa forma, aliando-se à direita.

45 A promoção de **discursos, forças e**  
46 **concepções reaccionárias, racistas e**

47 **xenófobas**, também é facilitada nas redes  
48 sociais, promovida nos meios de comunicação  
49 social dominantes, ajudando a dividir e fragilizar  
50 a unidade dos trabalhadores, e as bases de um  
51 pensamento colectivo e crítico, que identifique os  
52 verdadeiros culpados. Partidos ditos “anti-  
53 sistema”, apoiados de toda a forma possível pelo  
54 grande capital, representam o pior do capitalismo  
55 e encontram, na conjugação do ataque às  
56 conquistas de Abril pelos sucessivos governos  
57 PS/PSD, com ou sem CDS, do conseqüente  
58 descontentamento das populações e das  
59 campanhas mediáticas de menorização,  
60 distorção ou calúnia em relação ao PCP, e na  
61 sua imensa promoção, o caldo perfeito para o  
62 seu crescimento. Baseiam a sua linha ideológica  
63 na criação de falsos inimigos, disseminação de  
64 preconceitos, assim como assentam o seu  
65 discurso anti-corrupção num desfile de vaidades,  
66 omitindo a promiscuidade entre o poder político e  
67 o poder económico.

68 O ambiente cultural e mediático internacional, em  
69 que se inclui o papel das plataformas de  
70 *streaming*, promove uma visão do mundo que  
71 naturaliza o capitalismo e apresenta a política  
72 como espectáculo. Conteúdos, muitas vezes,  
73 centrados em histórias de sucesso individual e  
74 consumo, que desvalorizam as lutas colectivas e  
75 limitam a reflexão sobre as desigualdades  
76 estruturais.

77 Na luta contra esta ofensiva, o PCP e a JCP têm  
78 um papel fundamental, assumindo um papel de  
79 vanguarda ao expor as contradições do sistema,  
80 consciencializando e mobilizando a juventude,  
81 utilizando as ferramentas de análise e  
82 intervenção, a aplicação criativa do marxismo-  
83 leninismo às condições do nosso País.

84 É com a defesa da unidade, entre os explorados  
85 e com outras camadas anti-monopolistas, que  
86 encontramos o caminho para dar combate às  
87 tentativas de isolar o PCP e a JCP das massas.

88 É nestas condições que se impõe um caminho de  
89 contacto, que envolverá muitos, cara a cara,  
90 desconstruindo preconceitos, que obstaculizam  
91 a identificação imediata do nosso projecto como

1 verdadeira alternativa, envolvendo outros tantos  
2 que encontram na melhoria das condições da  
3 sua escola, no fim da propina, no combate pelas  
4 35 horas semanais de trabalho, o caminho para  
5 construir uma sociedade liberta de todas as  
6 formas de exploração e opressão.

7

## 8 **Parte II – Organizar, Unir, Lutar**

### 9 **4. O Movimento Juvenil e a JCP**

10 O **Movimento Juvenil** com as várias formas de  
11 organização e participação que a juventude  
12 assume e constrói para defender os seus  
13 interesses e objectivos é uma importante  
14 expressão do povo português. Sendo a  
15 juventude uma camada heterogénea, é possível  
16 a identificação de interesses e objectivos gerais  
17 dos jovens que compõem este movimento. É  
18 ainda a intervenção das estruturas juvenis em  
19 torno desses interesses e objectivos que  
20 caracteriza o movimento juvenil.

21 A Juventude Comunista Portuguesa,  
22 organização autónoma do Partido Comunista  
23 Português, é uma organização partidária, mas é  
24 também uma parte do movimento juvenil.

25 O movimento juvenil comporta múltiplos  
26 interesses e objectivos, e é composto por  
27 Associações de Estudantes e Académicas,  
28 núcleos e grupos estudantis, desportivos e  
29 culturais, a participação juvenil no Movimento  
30 Sindical Unitário, as Associações Juvenis de  
31 base local, as Festas Académicas, a praxe,  
32 encontros nacionais de vários âmbitos, órgãos de  
33 imprensa juvenil, designadamente nas IES e  
34 escolas, movimentos e organizações que  
35 intervêm em torno de áreas de interesse dos  
36 jovens, tais como a Paz, em defesa do ambiente,  
37 pela igualdade e contra as diversas formas de  
38 discriminação.

39 O Movimento Juvenil tem expressões formais,  
40 designadamente as associações de estudantes e  
41 as associações juvenis legalmente constituídas,  
42 inscritas ou não no Registo Nacional do

43 Associativismo Jovem (RNAJ), que podemos  
44 considerar como o Movimento Associativo  
45 Juvenil, mas tem uma multiplicidade de  
46 expressões não formais, a partir de movimentos  
47 reivindicativos em torno de dinâmicas concretas,  
48 de grupos culturais e artísticos, ou da  
49 organização de eventos pontuais. Esta é uma  
50 das principais riquezas do Movimento Juvenil  
51 que tem de ser valorizada e defendida pelos  
52 responsáveis das políticas de juventude.

53 Quando um conjunto de jovens se junta para  
54 defender uma questão em concreto, ou por  
55 quererem praticar um desporto, dinamizar  
56 acções culturais, partilharem gostos em comum,  
57 ou em qualquer outra circunstância, se  
58 organizam, discutem a sua situação, definem  
59 linhas de acção para a marcação de uma  
60 assembleia geral da sua associação, uma  
61 reunião geral de alunos, assembleia magna, ou  
62 um plenário de estudantes ou de trabalhadores,  
63 definem actividades que querem desenvolver no  
64 espaço comum, estamos já perante uma forma  
65 de confrontar uma política que se bate pela  
66 atomização da sociedade e pelo isolamento do  
67 indivíduo, seja através do seu aparelho de  
68 propaganda, seja limitando por via material os  
69 jovens a participar e animar estes mesmos  
70 espaços.

71 A JCP não se limita a ser apenas mais uma  
72 estrutura integrante do movimento juvenil. A JCP  
73 dirige e coloca em prática uma política de  
74 unidade juvenil, que tem como base os  
75 problemas dos jovens, capazes de superar  
76 diferenças naturais e de unir na acção as várias  
77 expressões da juventude. São exemplo disso a  
78 intervenção dos comunistas, em particular de  
79 dirigentes associativos comunistas, para a  
80 preparação das acções do Dia Nacional do  
81 Estudante, sendo de sinalizar as acções de 2022  
82 e 2024, 2025, assim como na construção do  
83 Encontro Nacional de Juventude,  
84 nomeadamente em 2023.

85 É a JCP que assegura a ligação da luta da  
86 juventude com a luta mais geral do nosso povo,  
87 com destaque para a luta da classe operária e de  
88 todos os trabalhadores.

1 Visando o alargamento do caudal de luta nos  
2 vários sectores e a articulação orientada para a  
3 defesa dos direitos dos jovens do movimento  
4 juvenil, importa reforçar a intervenção dos jovens  
5 comunistas nesta frente de trabalho,  
6 particularmente no Movimento Associativo,  
7 promovendo uma postura descomplexada junto  
8 de todos os jovens democratas, no sentido da  
9 construção da unidade. Aos jovens comunistas  
10 cabe estar nos momentos de convívio, nos  
11 espaços de discussão, decisão e acção com  
12 criatividade e compromisso, contribuir para o  
13 progresso, a justiça e generosidade, o espírito de  
14 iniciativa e a alegria, para a elevação de  
15 consciências, com a afirmação dos valores de  
16 Abril.

17

#### 18 4.1.1. Movimento Estudantil no Ensino 19 Secundário

20 O Movimento Estudantil no Ensino Básico e  
21 Secundário é diversificado. Contém nele as  
22 Associações de Estudantes (AAEE) e as listas  
23 que a ela se candidatam, as comissões de  
24 finalistas, os grupos desportivos e culturais,  
25 clubes, ou outros grupos informais. Com  
26 características e particularidades distintas,  
27 unem-se pelo contributo que dão à organização  
28 dos estudantes.

29 Nas organizações ou associações construídas  
30 por si mesmos, os estudantes podem discutir,  
31 organizar-se, lutar ou construir momentos de  
32 convívio, sendo estas essenciais para a  
33 democratização da Escola no caminho da Escola  
34 de Abril que defendemos.

35 O movimento estudantil é inevitavelmente  
36 marcado pelo contexto em que está inserido,  
37 enfrentando crescentes dificuldades. Destaca-  
38 se, por um lado, a disseminação da resignação,  
39 do individualismo e divisão dentro das escolas,  
40 em detrimento do espírito de iniciativa,  
41 solidariedade, discussão e acção colectivas; e,  
42 por outro lado, a falta de tempo, a sobrecarga  
43 horária, a falta de transportes públicos

44 acessíveis, o aumento do custo de vida e o  
45 crescente número de trabalhadores-estudantes.

46 A desvalorização das Associações de  
47 Estudantes inclui crescentes processos de  
48 ingerência por parte das direcções das escolas  
49 no decorrer da actividade regular das AAEE, mas  
50 sobretudo nos momentos de preparação da  
51 eleição das mesmas. É comum a proibição de  
52 Reuniões Gerais de Alunos, constrangimentos  
53 impostos ao período de campanha eleitoral,  
54 decisões unilaterais em torno do calendário  
55 eleitoral, ou até mesmo a tentativa de intromissão  
56 nos conteúdos dos programas das várias listas e  
57 limitação dos estudantes que se podem  
58 candidatar.

59 Às Associações de Estudantes são retiradas as  
60 suas salas, e as que as têm são muitas vezes de  
61 fracas condições. Acresce a progressiva perda  
62 de autonomia e os processos excessivamente  
63 burocráticos que limitam a sua actividade.

64 As AAEE são despidas do carácter reivindicativo  
65 de luta que sempre tiveram e deveriam ter.  
66 Sucumbidas a negócios dos bailes e das viagens  
67 de finalistas, é-lhes retirado o espaço para a  
68 discussão, organização e luta em torno dos  
69 problemas concretos da sua escola.

70 Procura-se retirar a força a momentos de  
71 discussão determinantes na vida democrática  
72 estudantil como Reuniões Gerais de Alunos  
73 (RGAs), para substituir por reuniões apenas de  
74 delegados e subdelegados de turma,  
75 condicionados pelas direcções das escolas, ou  
76 afirmando meramente que estas ocasiões não  
77 são relevantes para a participação dos  
78 estudantes, antes complicam a vida escolar.

79 Perante todas as dificuldades, a **resistência das**  
80 **Associações de Estudantes** e as suas  
81 características de massas, comprovam o  
82 compromisso dos estudantes com os seus  
83 espaços de organização e participação  
84 democrática, tal como um grande espírito de  
85 iniciativa e vontade de mudança.

1 Os estudantes do Ensino Básico e Secundário  
2 unem-se em torno de diversos momentos de luta  
3 ao longo do ano.

4 Desde o último Congresso, desenvolveram-se  
5 acções em centenas de escolas, em torno de  
6 problemas concretos em cada escola e região, tal  
7 como de problemas de âmbito geral, sobretudo  
8 aquando do 24 de Março. Mantendo-se uma data  
9 essencial na história do movimento estudantil,  
10 tem sido todos os anos assinalada com acções  
11 de agitação e luta por todo o País, construídas a  
12 partir de espaços informais de articulação das  
13 Associações de Estudantes do Ensino  
14 Secundário, que importa alargar e valorizar. A  
15 conquista de obras ou da contratação de  
16 funcionários e psicólogos em diversas escolas  
17 mostra que a luta vale a pena.

18 Com a ofensiva que se adensa, é fundamental  
19 que os jovens comunistas não arredem pé e se  
20 mantenham firmes e empenhados na  
21 participação no movimento estudantil, garantindo  
22 que este não perde as suas principais  
23 características e se mantém reivindicativo e que  
24 luta pelos direitos dos estudantes e da juventude.

25 Todos os estudantes fazem parte da AE da sua  
26 escola. o Movimento Associativo Estudantil é, por  
27 excelência, o espaço para a convergência e  
28 unidade dos estudantes, onde discutem os seus  
29 problemas comuns e se organizam para lutar. É  
30 necessário avançar no sentido de uma maior  
31 valorização e reconhecimento do papel das  
32 associações de estudantes, com a regularidade  
33 de reuniões ou assembleias gerais de alunos,  
34 bem como de outros momentos da vida  
35 democrática nas escolas, garantindo que cada  
36 vez mais estudantes neles participam e sentem a  
37 sua voz ouvida, compreendendo que é nas AAEE  
38 o espaço para a convergência e unidade dos  
39 estudantes, onde se discutem os seus problemas  
40 e se organizam para lutar.

41 Neste contexto, destaca-se que o **papel dos**  
42 **estudantes comunistas** assumem no  
43 levantamento de problemas concretos, na  
44 agitação dentro das escolas, na construção de  
45 colectivos de escola, na dinamização de

46 momentos de luta e no fortalecimento do  
47 Movimento Associativo, importando que cada  
48 comunista se insira e intervenha no movimento  
49 juvenil, de igual para igual, com todos os que  
50 sentem as injustiças.

51 **4.1.1.1. A Organização do Ensino Secundário**  
52 **da JCP** é a organização autónoma de âmbito  
53 nacional, onde se organizam os militantes que  
54 frequentam o Ensino Básico e Secundário.

55 **A intervenção no ensino secundário é a**  
56 **prioridade da JCP** por nela passarem a maioria  
57 dos jovens, com interesses e formas de estar  
58 muito próximas, numa fase da vida de  
59 descoberta, aprendizagem, de formação da  
60 personalidade e da consciência, de princípios e  
61 valores, sendo, por isso, um importante espaço  
62 na batalha ideológica. Apesar da ofensiva,  
63 persistem valores de solidariedade e espírito de  
64 iniciativa, tal como grandes potencialidades de  
65 luta. Os colectivos de escola são organismos de  
66 base da organização do ensino secundário.  
67 Através da definição de escolas prioritárias,  
68 precisamos de avançar na estruturação dos  
69 colectivos existentes e na criação de novos,  
70 assegurando um espaço de discussão e trabalho  
71 colectivo, que permita a responsabilização de  
72 mais camaradas por tarefas regulares.

73 A Organização do Ensino Secundário é dirigida  
74 pela **Coordenadora Nacional do Ensino**  
75 **Secundário (CNES)** e pelo seu Secretariado,  
76 que devem discutir e definir as linhas de  
77 actuação dos comunistas nas escolas.

78 O órgão máximo da direcção da Organização do  
79 Ensino Secundário é o **Encontro Nacional do**  
80 **Ensino Secundário (ENES)** que deve,  
81 ordinariamente, realizar-se de dois em dois anos,  
82 discutindo e decidindo as orientações que  
83 guiarão a actividade do sector nos tempos  
84 seguintes.

85 O 15º ENES, que se realizou no dia 6 de Maio de  
86 2023, em Setúbal, foi um contributo determinante  
87 para a organização dos estudantes do nosso  
88 país. O encontro apontou como bandeiras de luta  
89 essenciais dos estudantes do Ensino Secundário

1 a luta pela Escola Pública gratuita, democrática e  
2 de qualidade, a Escola de Abril, e as formas de  
3 intervenção que os jovens comunistas deverão  
4 assumir perante as condições em que intervêm.

5 Importa iniciar a preparação do 16.º ENES,  
6 concretizando um estilo de trabalho audacioso,  
7 envolvendo amigos na sua construção, que  
8 permita o desenvolvimento da intervenção na  
9 organização.

10 Cabe aos estudantes comunistas do ensino  
11 secundário aprofundar o seu conhecimento e  
12 ligação aos problemas e dinâmicas concretas  
13 dos seus colegas, a denúncia dos problemas  
14 onde eles são mais impactantes, assim como  
15 combater manifestações de sectarismo.

16 Importa ainda trabalhar para que a Organização  
17 do Ensino Secundário e os seus organismos de  
18 direcção assumam uma maior autonomia no  
19 trabalho regular, responsabilizando mais  
20 camaradas do Ensino Secundário, assim como  
21 avançar numa maior estruturação do sector nas  
22 regiões, com a criação ou o funcionamento de  
23 colectivos de escola.

24

#### 25 **4.1.2. Movimento Estudantil no Ensino** 26 **Profissional**

27 O Movimento Estudantil no Ensino Profissional  
28 acarreta constrangimentos na participação dos  
29 estudantes apresentando dois eixos centrais de  
30 limitação: a realidade de estudo e de vida destes  
31 estudantes e a ofensiva ideológica.

32 Os estudantes do Ensino Profissional pelas  
33 circunstâncias objectivas de estudo, com uma  
34 elevada sobrecarga horária, pelo sistema de  
35 faltas e o modelo de aprendizagem por módulos,  
36 que atentam contra o tempo livre, encontram  
37 **limitações à sua organização cultural,**  
38 **desportiva, recreativa ou política.** Realidade  
39 agravada no caso dos trabalhadores-estudantes,  
40 que têm de trabalhar para suprir as  
41 necessidades das suas famílias.

42 **O regime de faltas existente entra em conflito**  
43 **com a lei do movimento associativo juvenil**  
44 que defende a participação dos estudantes na  
45 sua associação, uma vez que, mesmo que as  
46 faltas sejam relevadas por participação em  
47 AGE's, pode acarretar a necessidade de  
48 reposição da aula e até a perda do subsídio do  
49 dia.

50 Assim, verificam-se fragilidades do movimento  
51 associativo estudantil, com muito poucas AAEE,  
52 fruto de sucessivos entraves e ingerências ou até  
53 mesmo tentativas de proibição de realização de  
54 AGEs, criação de AAEE, realização de  
55 processos eleitorais ou de formas de luta dos  
56 estudantes.

57 A nível ideológico, são promovidos o  
58 **individualismo e a competição em detrimento**  
59 **da solidariedade e acção colectiva,** colocando  
60 estudantes contra estudantes, adoptando  
61 narrativas de "cada um por si". Estimula-se o  
62 isolamento dos estudantes, a partir da limitação  
63 da democracia nas escolas, retirando os espaços  
64 de reflexão e discussão dos problemas, anseios  
65 e aspirações e as formas de como transformar a  
66 sua realidade através da sua própria acção.

67 Desde o último congresso, valoriza-se um  
68 número crescente de AGEs realizadas, de AAEE  
69 criadas, de realização de processos eleitorais e  
70 acções de luta, contribuindo para a elevação da  
71 consciência em relação aos problemas e ao  
72 potencial transformador da luta organizada dos  
73 estudantes, onde os militantes comunistas se  
74 destacam.

75 **4.1.2.1. Na Organização do Ensino**  
76 **Profissional da JCP,** têm sido dados passos  
77 positivos, levando ao reforço da organização, ao  
78 aprofundamento do conhecimento da realidade  
79 heterogénea do Ensino Profissional e das  
80 dinâmicas específicas destes jovens, bem como  
81 no aprofundamento da intervenção e trabalho  
82 regular, com adopção de linhas de trabalho  
83 concretas. Importa valorizar o desenvolvimento  
84 da luta, que adquire progressivamente  
85 características mais regulares e mais  
86 estruturadas e avançadas do ponto de vista da

1 forma. É preciso ainda adoptar formas criativas  
2 de organização e de trabalho, que se enquadrem  
3 com as formas de organização destes  
4 estudantes.

5

6 Assim, importa aprofundar o conhecimento da  
7 realidade do Ensino Profissional e reforçar a  
8 intervenção regular nas escolas; recrutar,  
9 responsabilizar e organizar; criar colectivos de  
10 escola; estruturar o trabalho da organização;  
11 priorizar a formação de quadros; definir  
12 prioridades e linhas de trabalho concretas;  
13 reforçar o movimento associativo estudantil e o  
14 desenvolvimento da luta.

15

#### 16 4.1.3. Movimento Estudantil no Ensino 17 Superior

18 Para todos os que participam no **Movimento**  
19 **Estudantil**, esse é um dos aspectos mais  
20 importantes na passagem pelo **Ensino**  
21 **Superior**. Adquirindo uma multitude de formas e  
22 características, molda a relação do estudante  
23 com o meio em que está inserido, e forma um  
24 conjunto de ideias que se sedimentam numa  
25 idade determinante para o desenvolvimento de  
26 qualquer ser humano.

27 O desejável conteúdo positivo do movimento  
28 estudantil reside nos **valores** que o estruturam,  
29 na **forma de organização** que o edifica e, antes  
30 de tudo, na sua dinamização por cada vez mais  
31 estudantes, mantendo práticas e formas de  
32 intervir que lhe são características na defesa da  
33 democraticidade do ensino.

34 A sua dimensão e influência são bastante  
35 significativas, constituindo-se como uma **força**  
36 **de massas** com **dimensão nacional**. Posto isto,  
37 é importante assinalar que estas características  
38 de uma intervenção concertada, consciente e  
39 comprometida não são potenciadas ao máximo,  
40 em função das **limitações à democracia** nas  
41 IES, a situação no ensino superior ou o papel da  
42 ofensiva ideológica que procura combater

43 incessantemente a própria noção da  
44 possibilidade de formas de organização e  
45 discussão colectivas.

46 **Assumindo características mais formais ou**  
47 **informais**, os estudantes continuam a organizar-  
48 se de forma determinada com diferentes  
49 expressões, confirmando as potencialidades que  
50 as mesmas têm, não obstante serem inúmeras  
51 as **ingerências externas** que sofrem: Direcções  
52 das faculdades e escolas superiores que negam  
53 espaços para iniciativas; o financiamento que  
54 não é suficiente para adquirir o material  
55 necessário para uma tuna ou outros grupos  
56 académicos; as actividades praxísticas que são  
57 limitadas dentro do recinto da instituição; ou a  
58 falta de apoio que é atribuído às Repúblicas de  
59 estudantes.

60 É tarefa determinante dos jovens comunistas  
61 estarem enquadrados nestes movimentos para  
62 **intervir, animar e organizar** os estudantes em  
63 torno da resolução destes problemas, adoptando  
64 uma postura firme, mas sempre aberta ao  
65 diálogo para a construção de reivindicações que  
66 unam os estudantes, integrando estes espaços  
67 nas IES, demonstrando uma postura activa,  
68 ajudando na dinamização de actividades,  
69 difundindo os valores de Abril e ganhando estes  
70 mesmos espaços para a luta organizada.

71 Relativamente à **praxe académica**, falamos  
72 de usos e costumes que estão associados a  
73 práticas que perduraram nos tempos, sendo hoje  
74 apropriadas pela direita, e que têm ligação às  
75 relações estabelecidas entre estudantes,  
76 instituições, mas também com a academia e a  
77 sociedade em geral.

78 Na verdade, e apesar da praxe actualmente estar  
79 associada ao gozo e humilhação do caloiro, esta  
80 sempre teve e tem um importante papel para a  
81 integração de novos estudantes. A mesma,  
82 quando orientada por **princípios justos e**  
83 **humanistas**, permite fazer perdurar tradições  
84 académicas, inclusive de luta estudantil, de  
85 unidade, justiça e solidariedade, como aconteceu  
86 nas crises académicas da década de 60 contra o  
87 fascismo.

1 É possível uma praxe orientada para a  
2 integração dos estudantes, a defesa dos direitos  
3 dos estudantes e do movimento associativo,  
4 verdadeiramente agregadora e integradora, que  
5 seja, ela também, uma forma de  
6 desenvolvimento integral do indivíduo.

7 Os militantes comunistas devem procurar estar  
8 inseridos nestes espaços, destacando e  
9 defendendo os aspectos mais positivos da  
10 tradição, procurando aprofundar a discussão em  
11 torno dos problemas do ensino superior dentro  
12 destes, de forma a ser possível aproveitar o seu  
13 carácter de massas para a luta, assim como a  
14 difusão dos valores humanistas, combatendo a  
15 militarização da praxe.

16 Existem dinâmicas particulares que contribuem  
17 para a separação de praxes entre faculdades e,  
18 conseqüentemente, uma maior separação entre  
19 os diferentes estudantes. Importa que os  
20 comunistas se pautem pela unidade da praxe,  
21 garantido a maximização do seu potencial.

22 **O Movimento Associativo Estudantil (MAE)**  
23 em específico as suas características e potencial  
24 levam a que seja encarado como um grande alvo  
25 da política de direita, com os seus agentes a  
26 procurar impedir que sirva como um espaço  
27 democrático, desvirtuando o seu papel e  
28 remetendo para segundo plano- ou tirando  
29 completamente de cena- a sua principal razão de  
30 existência: a **necessidade de organizar os**  
31 **estudantes**, em luta.

32 Muitas das actuais direcções das estruturas de  
33 maior dimensão e com mais recursos, adoptam  
34 posturas conciliadoras e antagónicas aos  
35 interesses dos estudantes. Procura-se ainda  
36 desvalorizar um número cada vez mais elevado  
37 de associações que procuram construir uma  
38 ampla e conseqüente unidade no seio do MAE,  
39 através do seu isolamento.

40 Exemplos recentes são a criação do **CAAP** –  
41 Conselho de Associações Académicas  
42 Portuguesas –, que as põe a falar à margem do  
43 restante movimento associativo, e as várias  
44 vezes que se apresentaram como

45 representantes de todo o movimento associativo  
46 estudantil no diálogo institucional.

47 **O Encontro Nacional de Direcções**  
48 **Associativas (ENDA)**, continua a ser um  
49 espaço para o diálogo entre estruturas e para a  
50 possibilidade de estas actuarem de forma  
51 conjunta. A aprovação, no fim de 2024, de uma  
52 alteração ao modelo de voto, que reforçou o peso  
53 das Associações Académicas, tornou-o,  
54 também, mais burocrático e fechado sobre si  
55 mesmo, mas não eliminou o seu potencial.

56 Persistindo **dificuldades para a unidade e**  
57 **diálogo** em busca da convergência, assim como  
58 a instrumentalização das estruturas do  
59 movimento associativo por parte dos partidos da  
60 política de direita para colocar entraves à luta, é  
61 de destacar que, desde o último Congresso da  
62 JCP, foram alcançados avanços assinaláveis,  
63 muito devido à intervenção de jovens comunistas  
64 e outros democratas nestes espaços.

65 É essencial que os comunistas continuem a  
66 integrar listas construídas em unidade com cada  
67 vez mais jovens e em cada vez mais instituições,  
68 trabalhando para afirmar junto dos estudantes o  
69 papel democrático, representativo e organizador  
70 das estruturas associativas, esclarecendo sobre  
71 os órgãos que os constituem e as suas  
72 respectivas responsabilidades, a e procurando  
73 que cada vez mais comunistas consigam estar  
74 presentes nestas estruturas, actuando  
75 firmemente pela unidade de estudantes de todo  
76 o país, em luta.

77 Dentro destes avanços é de destacar a  
78 **convergência do MAE** nos 60 anos da Crise  
79 Académica em 2022, no dia 21 de Março de  
80 2024, no dia 24 de Março de 2025. Assinala-se a  
81 crescente dinâmica de luta contra a propina, de  
82 que é exemplo a Manifestação Nacional contra  
83 as propinas realizada no dia 28 de Outubro de  
84 2025, em Lisboa, culminando acções em várias  
85 academias do país. Momentos de luta  
86 caracterizados por uma ampla unidade dos  
87 estudantes e do MAE a nível nacional, que  
88 convergiram a partir da exigência da gratuidade,  
89 do reforço da acção social escolar, de um ensino

1 superior mais justo. Assinala-se ainda as  
2 celebrações do Dia Nacional do Estudante em  
3 2023 que teve mais de uma dezena de acções  
4 de luta por todo o País mobilizando também  
5 milhares de estudantes.

6 Se é verdade que estas acções de luta  
7 representam os momentos mais elevados na luta  
8 dos estudantes nos últimos anos, também é  
9 verdade que o seu desenvolvimento teria sido  
10 impossível sem a **mobilização diária do**  
11 **movimento estudantil** em torno da resolução  
12 dos problemas concretos, local a local.

13 **Dezenas de acções de luta** por todo o País  
14 desde o último congresso, com dimensões  
15 diferentes, reivindicações mais concretas ou  
16 gerais e métodos de construção e luta mais ou  
17 menos avançados, que convergiram na  
18 exigência de um ensino superior diferente, de  
19 portas abertas, democrático, com melhores  
20 condições materiais e gratuito: o Ensino Superior  
21 de Abril.

22 A presença e intervenção dos jovens comunistas  
23 em cada uma das suas instituições, bem como  
24 em espaços como a praxe, no núcleo, na  
25 Associação de Estudantes, entre outros, foi  
26 determinante para a realização e **natureza**  
27 **combativa e consequente** da grande maioria  
28 destas acções e para as conquistas e avanços  
29 alcançados através destas.

30 Importa ainda desenvolver o trabalho e a  
31 intervenção nas residências, ajudando a criar ou  
32 animar as comissões de residentes,  
33 desenvolvendo a discussão colectiva e um  
34 ambiente agregador, em torno da resolução dos  
35 problemas dos estudantes das residências  
36 estudantis.

37 Valorizando bastante todas as conquistas,  
38 reconhecemos que a correlação de forças é difícil  
39 e vive-se uma fase de resistência. Só o  
40 continuado desenvolvimento da unidade  
41 estudantil, o seu alargamento e combatividade  
42 pode ser o garante da defesa e construção de um  
43 ensino superior mais justo no futuro.

44 **4.1.3.1. A Organização do Ensino Superior da**  
45 **JCP** é a organização autónoma de âmbito  
46 nacional, onde se organizam os militantes que  
47 frequentam o ensino superior.

48 Desde o último congresso, a actividade da  
49 organização tem sido caracterizada pela  
50 capacidade de reunir de forma regular todos os  
51 seus diferentes organismos de direcção,  
52 nomeadamente, a Direcção Central do ensino  
53 Superior (DCES) e o seu Secretariado, assim  
54 como os diferentes organismos intermédios:  
55 DOESL (Lisboa), DOESP (Porto) e DOESC  
56 (Coimbra); sendo isto um aspecto decisivo para  
57 a definição de linhas de trabalho e do seu  
58 acompanhamento e coordenação no plano  
59 regional, sendo importante para a organização,  
60 continuar a construir uma estrutura cada vez  
61 mais forte no sector que permita a criação de  
62 novos organismos intermédios noutras regiões.

63 Destaca-se a realização da 17ª CNES em 2023  
64 e os plenários nacionais anuais do sector na  
65 jornada nacional de construção da Festa do  
66 Avante!, todos eles muito importantes para o  
67 aprofundamento do conhecimento da realidade  
68 do ensino superior em todo o País, elemento  
69 decisivo para a nossa intervenção.

70 Importa iniciar a preparação da 18.º CNES, no  
71 seguimento do desenvolvimento da luta e da  
72 organização, envolvendo amigos na sua  
73 construção.

74 A **actividade diária** passa pela presença  
75 constante dos comunistas nas diferentes  
76 instituições de ensino superior, seja realizando  
77 acções de contacto, participando no movimento  
78 associativo ou mesmo afirmando-se enquanto  
79 comunista na sua turma, na sala de aula, durante  
80 as discussões. É este tipo de presença que pode  
81 garantir que continuamos a fazer crescer a  
82 organização, aumentando assim a nossa  
83 capacidade para intervir na realidade.

84 Apesar dos avanços que se deram nos últimos  
85 anos, evidenciados pelo **desenvolvimento da**  
86 **luta dos estudantes**, continua a ser necessário  
87 melhorar um conjunto de aspectos: uma

1 actividade regular nos politécnicos; reforçar a  
2 presença no movimento estudantil e no  
3 movimento associativo estudantil; combater  
4 tendências de fechamento, garantido que nos  
5 viramos para fora e a trabalhar com mais jovens  
6 e ainda garantir que toda a nossa actividade é  
7 virada para o desenvolvimento da luta,  
8 adquirindo cada vez mais combatividade e maior  
9 expressão.

10 A existência de grupos de trabalho específicos  
11 para o sector, seja para dar resposta a certas  
12 tarefas em momentos concretos, seja para ter um  
13 trabalho e intervenção mais regular, é também  
14 um aspecto de relevo no trabalho da  
15 organização, que necessitamos valorizar.

16 Ao nível dos **grupos de trabalho regulares**,  
17 assinala-se a intenção de se avançar com um  
18 grupo de trabalho composto por camaradas que  
19 tenham presença no movimento estudantil, com  
20 destaque para a praxe; assim como a já  
21 consumada constituição do grupo de trabalho do  
22 movimento associativo estudantil, composto por  
23 camaradas que têm presença nestes espaços e  
24 cuja discussão tem permitido o aprofundamento  
25 do conhecimento sobre o mesmo e para melhor  
26 articular a intervenção entre os camaradas.

27

#### 28 **4.2. Movimento da Juventude Trabalhadora**

29 A **juventude trabalhadora** é pelas suas  
30 características específicas uma camada com um  
31 tremendo potencial para a luta, que o capital  
32 procura destruir através da divisão dos  
33 trabalhadores e do fomento de valores como o  
34 individualismo.

35 O cenário actual, repleto de problemas, coloca  
36 inúmeros desafios à intervenção e ao  
37 **desenvolvimento da luta**.

38 Existem claras tentativas de impedir a  
39 participação e organização da juventude nos  
40 seus sindicatos de classe, procurando dessa  
41 forma, o intensificar a exploração.

42 Num contexto de violento ataque aos direitos dos  
43 trabalhadores, do fomento de preconceitos anti-  
44 sindicais, o desenvolvimento da luta ainda que  
45 com dificuldades tem encontrado avanços que  
46 importa valorizar.

47 É de salientar que no meio dos elementos de  
48 ataque ao Movimento Sindical Unitário, o  
49 caminho a percorrer tem de estar profundamente  
50 ligado à intervenção no seio dos seus sindicatos  
51 de classe, na **CGTP-IN** e em particular na sua  
52 organização específica da juventude a  
53 **Interjovem**. Apesar deste caldo de ofensiva à  
54 juventude, de tentativa de quebrar e dividir, é de  
55 grande relevo e valorização os mais de 16 mil  
56 jovens trabalhadores que se sindicalizaram entre  
57 os dois últimos Congressos da CGTP-IN. É este  
58 **reforço da sindicalização**, e conseqüente  
59 reforço do movimento sindical unitário, que deve  
60 constituir um dos objectivos do trabalho individual  
61 de cada comunista.

62 Relevam-se ainda os diferentes encontros  
63 regionais da Interjovem/CGTP-IN e com especial  
64 relevo para a **10ª Conferência Nacional da**  
65 **Interjovem/CGTP-IN**, realizada em Janeiro de  
66 2025, como importantes momentos para  
67 aprofundar a reflexão e a unidade em torno dos  
68 problemas concretos da juventude e de como  
69 garantir o combate aos baixos salários, à  
70 precariedade, e aos horários desregulados.

71 As **comissões de jovens**, integradas no trabalho  
72 geral de cada sindicato ou federação, permitem  
73 traçar linhas concretas para a acção junto dos  
74 jovens trabalhadores, respondendo às suas  
75 reivindicações.

76 Integrado no caudal de luta, que continua a  
77 avançar, destacam-se as **Manifestações**  
78 **Nacionais de Jovens Trabalhadores** que,  
79 anualmente assinalam o **28 de Março, Dia**  
80 **Nacional da Juventude**, momento de grande  
81 expressão da luta da juventude, que demonstra  
82 a força dos jovens trabalhadores organizados.

83 O movimento geral de luta contra o pacote  
84 laboral confirma a combatividade da juventude

1 trabalhadora e a sua disposição para o derrotar  
2 por todos os meios necessários.

3 O quadro em que intervimos exige a tomada de  
4 iniciativa dos comunistas nos seus locais de  
5 trabalho e, no imediato, na preparação da Greve  
6 Geral convocada pela CGTP-IN, para 11 de  
7 Dezembro de 2025. É na fábrica, no centro  
8 comercial, no café, no centro de contactos, que  
9 importa garantir a mobilização e organização dos  
10 colegas de trabalho.

11 No trabalho da JCP, destaca-se um crescimento  
12 do número de militantes jovens trabalhadores,  
13 com expressão nos Plenários da Jornada  
14 Nacional da Festa do Avante!.

15 Entre estes, destaca-se a intervenção da JCP  
16 nos centros comerciais e junto dos estafetas das  
17 plataformas digitais, que tem permitido avanços  
18 na ligação aos seus trabalhadores, com  
19 resultados, por exemplo, nos apoios recolhidos  
20 nas últimas eleições legislativas.

21 Valorizando avanços traduzidos num melhor  
22 conhecimento e iniciativa, importa reter  
23 **dificuldades na intervenção** feita. O necessário  
24 acompanhamento regular de cada camarada  
25 possui ainda algumas lacunas. A vida  
26 desregulada da larga maioria dos jovens  
27 trabalhadores, torna necessária a adopção de  
28 estilos de trabalho mais próximos da realidade de  
29 cada um, a partir do local onde trabalham e do  
30 sítio onde vivem.

31 Olhando para a divisão dos trabalhadores por  
32 cada sector verificam-se mudanças  
33 significativas. Em 1974, era esta a distribuição da  
34 população activa pelos três sectores de  
35 produção: 34,9% - Primário, 33,7% - Secundário,  
36 31,4% - Terciário, sendo que em 2023 a  
37 distribuição era a seguinte, 3% - Primário, 25% -  
38 Secundário, 72% - Terciário.

39 Estes valores são também consequências do  
40 processo de integração capitalista europeu, que  
41 levou à destruição do aparelho produtivo  
42 nacional, a alterações radicais na agricultura e  
43 nas pescas, numa lógica de subordinação da

44 economia nacional aos ditames externos  
45 tornando-a assim limitada e extremamente  
46 concentrada no sector terciário.

47 Importa reflectir, as insuficiências que  
48 encontramos no seio da organização da  
49 juventude trabalhadora, onde persistem algumas  
50 dificuldades em chegar a jovens operários, mas  
51 também a um grupo cada vez maior de jovens a  
52 trabalhar no comércio.

53 A ligação aos **jovens operários**, pelas suas  
54 características, deve ser encarada como uma  
55 prioridade para a organização.

56 Para conseguir atingir estes trabalhadores é  
57 necessário ter regularidade e consistência no  
58 contacto e procurar novos mecanismos que se  
59 integrem no que já é feito. Entre estes apontam-  
60 se as iniciativas de **convívio e lazer**, que o  
61 capital procura afastar da juventude, que podem  
62 constituir momentos simultaneamente positivos  
63 na vida dos jovens trabalhadores e de reforço da  
64 sua consciência social.

65 **4.2.1 Na Organização da Juventude**  
66 **Trabalhadora da JCP**, como anteriormente  
67 mencionado, confronta-se ainda com  
68 dificuldades no desenvolvimento do trabalho,  
69 apesar dos avanços e da consolidação da  
70 actividade dos jovens trabalhadores, que se  
71 reflectem no facto do último encontro da  
72 Organização da Juventude Trabalhadora se ter  
73 realizado em 2019.

74 O crescimento do número de militantes na  
75 organização da juventude trabalhadora, aliada às  
76 exigências que este período acarreta aos jovens  
77 trabalhadores, torna importante avançar nos  
78 mecanismos de articulação nacional da  
79 organização, que permita uma melhor agilização  
80 do trabalho, designadamente de direcção,  
81 continuando o caminho de responsabilização de  
82 novos camaradas.

83 A intervenção de cada militante no seu local de  
84 trabalho, o reforço da sindicalização, a tomada  
85 de iniciativa para agitar, organizar e mobilizar  
86 para a luta são elementos essenciais que a

1 organização da Juventude Trabalhadora deve ter  
2 como guia para a acção.

3 Importa fazer um trabalho de sistematização de  
4 locais de trabalho prioritários, a sua dimensão, as  
5 características específicas e a partir daí  
6 desenvolver uma actividade mais direccionada à  
7 realidade e problemas daqueles trabalhadores.

8 Exige-se alargar a Organização da Juventude  
9 Trabalhadora, hoje assente de forma significativa  
10 em quadros técnicos, avançando nos contactos  
11 com trabalhadores dos centros comerciais e nas  
12 linhas de trabalho em torno do contacto com  
13 jovens operários, a prioridade da Organização da  
14 Juventude Trabalhadora.

15

### 16 **4.3. Outras expressões do Movimento Juvenil**

17 **As associações juvenis de base local**, assim  
18 como as associações com uma forte participação  
19 juvenil, as colectividades, grupos desportivos,  
20 grupos culturais, dão uma contribuição  
21 fundamental para a dinamização da vida cultural,  
22 desportiva e lúdica do povo. São muitas vezes  
23 estas organizações que suprem a falta de  
24 resposta do Estado no lazer e na cultura,  
25 assegurando por via do seu papel uma  
26 contribuição para a formação integral do  
27 indivíduo.

28 **A Federação Nacional de Associações**  
29 **Juvenis (FNAJ)**, possui uma ligação significativa  
30 a estas estruturas juvenis, sendo um importante  
31 espaço de intervenção.

32 Nestes espaços estabelecem-se novas formas  
33 de relacionamento e abrem-se potencialidades  
34 para a transformação de consciências, para a  
35 criação de um espírito colectivo, de uma prática  
36 democrática de tipo mais avançado.

37 Apesar de se verificarem vários jovens  
38 comunistas dinamizadores destas estruturas,  
39 não foram superadas debilidades de intervenção  
40 de forma organizada, exigindo-se avançar na  
41 clarificação do entendimento destes espaços

42 como espaços de intervenção política  
43 organizada.

44 A JCP deu passos significativos nos últimos  
45 meses ao nível da intervenção junto dos bairros,  
46 necessitando de alargar a intervenção junto de  
47 associações, grupos e colectividades aí  
48 sediadas, designadamente com iniciativas de  
49 desporto, cultura e em torno dos seus problemas  
50 específicos.

51 Destaca-se ainda no movimento juvenil as  
52 movimentações em torno da paz, pelo direito à  
53 habitação, da defesa do ambiente, pela  
54 igualdade entre homens e mulheres, contra o  
55 racismo, a xenofobia e as discriminações e  
56 preconceitos. Dinâmicas caracterizadas por uma  
57 forte componente juvenil, quer na sua  
58 organização, quer na sua participação em que o  
59 Projecto Ruído - Associação Juvenil tem tido  
60 presença crescente.

61 A organização dos Acampamentos pela Paz e  
62 das duas edições do Festival Dêem uma  
63 Oportunidade à Paz, que se realizaram nos  
64 últimos anos em Serpa, Évora e Melides,  
65 organizado pela Plataforma pela Paz e  
66 Desarmamento, assim como a ampla  
67 participação juvenil nas manifestações contra a  
68 guerra e pela Paz ou as várias acções de luta de  
69 solidariedade com a Palestina confirmam a  
70 significativa disponibilidade dos jovens para lutar  
71 pela Paz. No actual contexto político, a  
72 intensificação da luta pela Paz e por um mundo  
73 livre do imperialismo, assume uma nova  
74 dimensão.

75 O **Encontro Nacional de Juventude**, que se  
76 tem realizado regularmente, tendo na edição de  
77 2023 uma intensa intervenção da JCP na  
78 direcção do Conselho Nacional da Juventude,  
79 constitui um espaço privilegiado de participação  
80 juvenil, e de debate, entre si, dos seus problemas  
81 e aspirações e das soluções para o País. O ENJ  
82 2023, em que participaram 800 jovens, foi um  
83 exemplo disso mesmo, em que os jovens  
84 tomaram o encontro nas suas mãos e  
85 construíram a partir do consenso conseguido no  
86 debate franco e fraterno umas conclusões que,

1 para o seu cumprimento, exigiam o rompimento  
2 com a política de direita. O ENJ 2025 destaca-se  
3 pela participação, empenhamento juvenil e  
4 conclusões aprovadas nos plenários, apesar de  
5 condicionamentos relacionados com o método  
6 de discussão e de tentativas de boicotar o  
7 consenso que os jovens construíram.

8 No período entre congressos a JCP foi reeleita  
9 para a direcção do **Conselho Nacional de**  
10 **Juventude**, tendo concluído o seu segundo  
11 mandato em Janeiro de 2024. A JCP assumiu  
12 responsabilidades nas áreas do Trabalho,  
13 Habitação, Cultura e na organização do ENJ  
14 2023. Desenvolvem-se hoje, com uma  
15 correlação de forças mais complexa na sua  
16 direcção, dinâmicas alheias às características de  
17 plataforma do CNJ, que levam a um maior  
18 afastamento da vida da juventude e das  
19 organizações e a uma tendencial  
20 governamentalização. Sintoma disso mesmo foi  
21 a realização do ENJ 2024, que apesar de  
22 conclusões com elementos positivos, fica  
23 marcado pelo burocratismo e limitação da  
24 discussão.

25 Os **conselhos municipais de juventude**, não  
26 integrando o movimento juvenil, são, por regra  
27 estruturas burocratizadas, funcionando como  
28 meras correias de transmissão das câmaras  
29 municipais junto do movimento juvenil,  
30 adoptando, por vezes, características  
31 paternalistas, não contribuindo para o  
32 desenvolvimento do associativismo juvenil, ou da  
33 participação juvenil.

34 As **forças da política de direita** procuram  
35 assegurar uma influência significativa junto de  
36 sectores do movimento juvenil, em particular nas  
37 Associações de Estudantes e Académicas.  
38 Multiplicam estruturas de cúpula e reforçam  
39 posições em espaços, que não encontram  
40 correspondência na sua influência organizada  
41 nas massas estudantis. Organizações com  
42 políticas anti-juvenis, tais como a Juventude  
43 Social-Democrata (JSD) e a Juventude Popular  
44 (JP), confrontam-se hoje com a reorganização da  
45 direita, em que surgiu, de forma mais expressiva,  
46 a Juventude Chega, com um papel reacionário e

47 projecto fascizante. Contudo, encontra, também,  
48 dificuldades na sua consolidação e influência.

49 O caldo de cultura criado facilita a  
50 permeabilidade de ideias destas forças e  
51 projectos, todavia encontra como barreira  
52 valores de solidariedade e justiça presentes na  
53 juventude, que têm na sua raiz, apesar de toda a  
54 ofensiva ideológica da burguesia, os valores e  
55 projecto de Abril.

56 A Juventude Socialista mantém uma postura de  
57 claudicação nos momentos centrais, aliando-se à  
58 JSD em várias estruturas, garantindo as suas  
59 posições e contribuindo para frear a luta da  
60 juventude.

61 Surgem ainda **dinâmicas esquerdistas**,  
62 também elas anti-juvenis e afastadas do  
63 movimento juvenil, orientadas pelo anti-  
64 comunismo e o ódio ao PCP e à JCP. Difundem  
65 campanhas de difamação e mentira sobre a JCP,  
66 procuram atacar a influência dos comunistas no  
67 movimento juvenil e orgulham-se de um  
68 teorismo exacerbado, usado apenas para  
69 entravar a luta da juventude.

70 A JCP mantém relações de amizade e  
71 cooperação com a Ecolojovem/Os Verdes, em  
72 particular no âmbito da Juventude CDU,  
73 apresentando aos jovens portugueses uma  
74 proposta de ruptura com a política de direita.

75

#### 76 **4.4. O Trabalho de Direcção e Organização da** 77 **JCP**

78 O conteúdo fundamental da estrutura da JCP  
79 encontra-se definido nos seus princípios  
80 orgânicos, assumindo-se como a **organização**  
81 **revolucionária da juventude portuguesa**,  
82 pelos seus objectivos, propostas e acção no  
83 desenvolvimento das lutas juvenis. Tendo em  
84 conta as características da juventude, as  
85 soluções organizativas que podem ser tomadas  
86 são dinâmicas, configurando a JCP numa  
87 organização aberta e flexível, pronta a adaptar-  
88 se às várias circunstâncias da sua intervenção.

1	A JCP é a <b>organização dos jovens comunistas</b>	45		
2	<b>em Portugal</b> , que se rege pelo marxismo-	46		
3	leninismo, ferramenta de interpretação e	47		
4	transformação da realidade, e que tem como	48		
5	objectivo supremo a <b>superação revolucionária</b>	49		
6	<b>do capitalismo</b> , a construção do Socialismo e o	50		
7	Comunismo, sonho milenar dos povos, uma	51		
8	sociedade liberta da exploração do Homem pelo	52		
9	Homem, sociedade sem classes, caracterizada			
10	pela abundância, igualdade social, de liberdade	53		
11	e cultura para todos.	54	i.	A luta reivindicativa da juventude, orientada pela construção da unidade juvenil em torno de objectivos concretos e imediatos e de objectivos intermédios, e a transformação da vida dos jovens.
		55		
12	Tem como tarefa a elevação da consciência	56		
13	social e política da juventude, difundindo junto	57		
14	dos jovens o ideal da democracia e do	58		
15	socialismo, a compreensão do papel de cada um	59		
16	na sociedade, o desenvolvimento da luta da			
17	juventude e a transformação das suas condições	60		
18	de vida.	61	ii.	A intervenção no Movimento Juvenil, que ao articular-se com a luta da juventude, deve contribuir para o seu crescimento e consolidação, nas formas já existentes, e fomentando outras.
		62		
19	É a organização de juventude do Partido	63		
20	Comunista Português. Organização autónoma	64		
21	do Partido, que intervém nos termos da sua	65		
22	orientação geral e do seu Programa, com um	66		
23	espaço de decisão e intervenção próprios.	67	iii.	As batalhas políticas gerais, designadamente as campanhas eleitorais e campanhas mais gerais do Partido em torno de orientações a que toda a organização deve dar resposta.
24	Sendo uma organização comunista, nasce para	68		
25	intervir e transformar, dando prioridade, na sua	69		
26	forma de organização e estruturação, aos	70		
27	colectivos de base e à intervenção em torno dos	71		
28	problemas concretos que assolam a vida da	72		
29	juventude.	73	iv.	A intervenção institucional e junto de outras organizações, intervindo combativamente nos espaços institucionais, com particular destaque para o CNJ, e estabelecendo aproximações com organizações democráticas.
		74		
30	A JCP deve garantir uma significativa	75		
31	plasticidade na sua forma de estruturação e			
32	acção, buscando o alargamento, a preocupação	76		
33	com os problemas concretos, o relacionamento	77		
34	descomplexado com as restantes organizações	78		
35	do movimento juvenil, recusando o fechamento e	79		
36	o sectarismo e promovendo um <b>estilo de</b>	80		
37	<b>trabalho</b> audaz e virado para fora, para as	81		
38	massas, o que exige o combate a manifestações	82		
39	de rotina, trefismo e dirigismo. Um estilo de	83		
40	trabalho que promova a iniciativa própria de cada	84		
41	um, a coragem e a audácia, o espírito criador e o			
42	trabalho colectivo.	85	vi.	A intervenção ideológica, visando difundir junto dos seus militantes e da juventude, os ideais da
		86		
43	A intervenção da JCP pode assumir várias	87		
44	formas, desde logo:	88		

1 transformação social, os  
2 princípios de uma sociedade  
3 nova, o espírito colectivo, a  
4 contribuição individual no  
5 quadro da construção  
6 colectiva, a democracia  
7 entendida na sua forma mais  
8 elevada de organização para  
9 a resolução dos problemas  
10 dos trabalhadores e do povo,  
11 o marxismo-leninismo.

12 **4.4.1.** Na JCP a **acção individual** dos seus  
13 militantes é voluntária e livre e insere-se na sua  
14 orientação geral e nas decisões do organismo  
15 onde cada um participa. Afirma-se assim como  
16 uma organização profundamente democrática,  
17 que garante a participação, intervenção e acção  
18 de cada um, com um profundo espírito fraternal,  
19 de livre opinião, onde se combatem as  
20 expressões de individualismo ou grupismo. A  
21 JCP organiza-se segundo os princípios do  
22 desenvolvimento criativo do centralismo  
23 democrático, assegurando a cada um as  
24 condições para dar a sua contribuição.

25 **4.4.2.** Os **quadros** da JCP são uma das maiores  
26 riquezas da organização pela experiência que  
27 possuem e pelo garante que constituem na sua  
28 actividade, ao assumir as mais diversificadas  
29 responsabilidades. No contexto actual, exige-se  
30 de forma ainda mais intensa, avançar na  
31 responsabilização de camaradas por tarefas  
32 regulares, explicando a cada um o seu objectivo  
33 político, desde o momento em que integram a  
34 organização. Necessitamos solidificar uma  
35 política de quadros baseada no profundo  
36 conhecimento de cada um, permitindo processos  
37 de responsabilização baseados na ponderação  
38 das disponibilidades, interesses do quadro e  
39 necessidades da organização. Para a garantia do  
40 crescimento dos quadros, considera-se a  
41 necessidade de estruturar o trabalho de  
42 formação ideológica a nível central e regional.

43 A capacidade de rejuvenescimento da  
44 organização, designadamente em face das  
45 necessidades colocadas à JCP pelo Partido,  
46 evidencia, num plano geral, uma correcta política

47 de quadros, que deve continuar a ser baseada  
48 em elementos objectivos, o compromisso com a  
49 organização e as tarefas que lhe são colocadas,  
50 a ligação às massas, a firmeza revolucionária e a  
51 formação política e ideológica.

52 Em face das exigências, importa  
53 **responsabilizar** quadros novos e com  
54 perspectiva de permanência no seu sector, com  
55 ousadia, a responsabilização de mulheres e de  
56 quadros envolvidos no movimento juvenil, que se  
57 tendo aproximado da JCP depois de se  
58 encontrarem comprometidos com dinâmicas  
59 associativas, possuem uma ligação a estas  
60 estruturas que necessitamos valorizar.

61 **4.4.3.** Para uma organização que se quer ligada  
62 à vida, como a nossa, os **Colectivos**, que são a  
63 forma de organização de base da JCP, assumem  
64 toda a centralidade no nosso funcionamento.  
65 Desde o último Congresso, com o crescimento  
66 da organização, deram-se passos na criação de  
67 colectivos. Contudo, verificam-se dificuldades  
68 sérias em garantir a continuidade destes em  
69 particular na Organização do Ensino Secundário,  
70 como a regularidade de funcionamento de  
71 outros. É necessário avaliar as condições que  
72 resultam na dificuldade de consolidar colectivos  
73 e adoptar, em cada caso concreto, formas  
74 criativas para superar esta dificuldade.

75 A criação de colectivos de base pode assumir  
76 várias expressões, designadamente de local,  
77 empresa, escola, sector, ou outras formas que  
78 dêem resposta a exigências concretas da região.  
79 Os colectivos devem emanar do local onde cada  
80 camarada se integra na vida da juventude,  
81 normalmente nas escolas, instituições de ensino  
82 superior e local de trabalho, onde se confrontam  
83 com as injustiças e contradições do capitalismo,  
84 encontrando-se as condições para a organização  
85 e transformação.

86 Tal não impede a intervenção da JCP sobre as  
87 mais variadas áreas da vida da juventude, antes  
88 garante uma leitura de classe e a ligação  
89 constante de todos os restantes problemas ao  
90 conhecimento da realidade, como tem

1 evidenciado o trabalho crescente da JCP sobre  
2 áreas diversas desde o último Congresso.

3 Na dinâmica intensa dos colectivos, por vezes,  
4 algumas reuniões centram-se apenas nas suas  
5 tarefas imediatas. Importa garantir o espaço para  
6 a opinião sobre a situação política e os mais  
7 variados assuntos, com particular destaque para  
8 os assuntos sobre os quais a JCP deve intervir,  
9 designadamente sobre os quais o colectivo em  
10 causa deve intervir, suscitando em cada membro  
11 do colectivo a reflexão sobre os objectivos da  
12 intervenção dos comunistas no seu local de  
13 estudo ou trabalho, permitindo construir uma  
14 noção de perspectiva em relação às tarefas  
15 imediatas.

16 As reuniões de colectivo podem ser abertas à  
17 participação dos jovens que não sejam militantes  
18 da JCP, ponderando cada caso.

19 **4.4.4.** Avaliando as potencialidades e o  
20 desenvolvimento positivo da organização, não  
21 obstante fluxos de maiores ou menores  
22 inscrições na JCP, em resultado de situações  
23 concretas várias, exige-se avançar na  
24 estruturação das **Organizações Regionais**. A  
25 estruturação das organizações regionais, nas  
26 regiões onde tal se coloque, garante à  
27 organização melhores condições para intervir e,  
28 por sua vez, alargar a sua influência e a formação  
29 dos seus quadros.

30 Este objectivo de estruturação das organizações  
31 regionais, articulado com as linhas traçadas ao  
32 nível da criação de colectivos de base, deve  
33 orientar-se por uma actividade regular das  
34 Organizações Regionais, com a convocação de  
35 Encontros Regionais, a eleição das Comissões  
36 Regionais e, onde tal se coloque, dos seus  
37 organismos executivos, em particular os  
38 Executivos.

39 As Organizações Regionais onde não se  
40 verifique a existência de uma estrutura sólida,  
41 devem avançar na responsabilização por  
42 ligações e tarefas regulares, a constituição  
43 provisória da Comissão Regional e respectivo

44 Executivo, visando a realização do Encontro,  
45 capaz de os eleger.

46 A realização de Encontros Regionais,  
47 Assembleias ou Plenários, são formas  
48 importantes para aprofundar o debate e reforçar  
49 a actividade própria das organizações da JCP.

50 **4.4.5.** No que respeita à organização central da  
51 JCP, a **Direcção Nacional** deu resposta, no  
52 essencial, às suas competências. Verificou-se,  
53 desde a eleição da Direcção Nacional no 12.º  
54 Congresso, uma significativa alteração na sua  
55 composição, com saídas para tarefas do Partido  
56 ou insuficiência de participação bem como de  
57 processos de cooptação, em resultado da rápida  
58 transformação da JCP e dos seus quadros,  
59 natural numa organização juvenil.

60 Procurou-se garantir uma composição  
61 equilibrada em termos etários, procurando dar  
62 expressão às prioridades de intervenção da JCP,  
63 garantindo que na Direcção Nacional se  
64 encontram presentes as várias áreas e  
65 experiências de intervenção dos jovens  
66 comunistas.

67 A composição da Direcção Nacional deve ter  
68 como critérios: i) ser constituída a partir do núcleo  
69 fundamental dos quadros e activistas da JCP; ii)  
70 ter uma composição etária que equilibre a  
71 realidade da organização, designadamente do  
72 peso da Org. Ens. Superior, com os objectivos  
73 prioritários de intervenção, com destaque para a  
74 Org. Ens. Secundário, mas também de jovens  
75 trabalhadores; iii) assegurar ligação às  
76 organizações regionais, sectores e áreas de  
77 intervenção; iv) ampliar a participação de  
78 mulheres; v) apontar a uma redução da sua  
79 dimensão.

80 As características da JCP, o seu carácter flexível  
81 e juvenil, exigem garantir um núcleo de direcção  
82 central coeso e estável, que garanta a articulação  
83 diária do trabalho da organização, de forma  
84 unificada.

85 A Direcção Nacional tem a possibilidade de  
86 eleger os organismos executivos que considere

1 necessários, tendo em conta os objectivos de  
2 intervenção definidos.

3 **4.4.6. A Comissão Política da Direcção**  
4 **Nacional**, eleita após o último Congresso, com  
5 as devidas adaptações, deu resposta às suas  
6 atribuições, mantendo ligação a todos os  
7 sectores, áreas e organizações, traçou  
8 orientações entre as reuniões da DN. Importa  
9 que a Comissão Política assuma cada vez mais  
10 o papel de discussão da orientação geral da JCP,  
11 desenvolva o sentido criativo, discuta aspectos  
12 temáticos de forma a aprofundar a reflexão da  
13 Organização sobre variadas áreas e melhore a  
14 capacidade de formulação e comunicação de  
15 posições em face de rápidos desenvolvimentos  
16 políticos.

17 À Comissão Política da DN compete:

18 i. Assumir a direcção política da  
19 JCP entre reuniões da DN;

20 ii. Acompanhar o  
21 desenvolvimento do trabalho  
22 das organizações e traçar  
23 orientações para a actividade  
24 da JCP de acordo com a  
25 orientação da DN;

26 iii. Acompanhar o  
27 desenvolvimento da situação  
28 da juventude e definir as  
29 respostas para responder aos  
30 seus problemas.

31 **4.4.7. O Secretariado da Direcção Nacional**,  
32 que sofreu também alterações na sua  
33 composição, cumpriu com as suas atribuições,  
34 assegurando o acompanhamento próximo da  
35 actividade da organização da JCP. Importa  
36 garantir que o Secretariado da DN mantenha  
37 uma certa estabilidade na sua composição  
38 numérica, assim como o alargamento da  
39 participação de mulheres. Manteve-se a  
40 dificuldade, desde o último Congresso, em  
41 alcançar o objectivo que os membros do  
42 Secretariado da DN não acompanhem  
43 directamente Organizações Regionais ou

44 Autónomas na Comissão Política. Deve ser  
45 trilhado o caminho de reduzir o peso das ligações  
46 directas de Comissão Política nas tarefas dos  
47 membros do Secretariado.

48 Ao Secretariado da DN compete:

49 i. O tratamento das questões de  
50 organização e de acompanhamento  
51 de quadros da JCP;

52 ii. Assumir o relacionamento  
53 internacional da JCP;

54 iii. Assumir o relacionamento  
55 institucional da JCP;

56 iv. Acompanhar o trabalho de  
57 informação e propaganda da JCP;

58 v. Gerir e dinamizar a actividade  
59 financeira da JCP;

60 vi. Gerir o património da JCP.

61 **4.4.8.** Os jovens comunistas portugueses  
62 contribuem para a informação dos trabalhadores  
63 e da juventude portuguesa com o **AGIT**,  
64 publicação regular da JCP.

65 A compra e leitura regular da imprensa é  
66 essencial para que todos os camaradas  
67 conheçam melhor as posições, intervenção e  
68 proposta do Partido e da JCP, para que todos  
69 estejam prontos para a discussão e para o  
70 embate ideológico, essencial para reforçar a  
71 confiança e convicção que é justa a causa pela  
72 qual lutamos.

73 As tarefas de **divulgação e venda da imprensa**  
74 **partidária da JCP e do Partido** são da maior  
75 importância no trabalho da JCP, sendo essencial  
76 garantir: a responsabilização de quadros pela  
77 tarefa da imprensa partidária, a realização de  
78 bancas e outras formas criativas de divulgação,  
79 o fomento da compra e leitura regulares, a venda  
80 na escola, faculdade, local de trabalho, clube e  
81 colectividade. A cada jovem que façamos chegar  
82 a nossa imprensa partidária, garantimos o  
83 acesso a informação de verdade e o

1 conhecimento da luta que no nosso País se  
2 desenvolve, elemento essencial para que a  
3 juventude reconheça à luta o seu potencial  
4 transformador.

5 Será sempre condicionada e limitada a utilização  
6 dos meios de comunicação e plataformas digitais  
7 controladas pelos grandes grupos económicos  
8 para se afirmar uma alternativa política ao  
9 serviço dos interesses dos trabalhadores e da  
10 juventude, contrária à que serve o capital. Desta  
11 forma, os meios próprios da organização,  
12 aqueles que dependem apenas de nós para a  
13 sua produção e difusão, nomeadamente a  
14 imprensa partidária, são o garante da  
15 continuidade da difusão dos ideais dos  
16 comunistas portugueses, da luta da juventude,  
17 da verdade.

18 O AGIT insere-se na imprensa juvenil  
19 portuguesa, devendo através da estruturação da  
20 sua regularidade e conteúdos, ser expressão do  
21 movimento juvenil e contribuir para a batalha das  
22 ideias.

23 Na **produção do AGIT** é essencial alargar a  
24 participação da organização e da juventude,  
25 através da discussão colectiva dos seus artigos  
26 e da sua divulgação, através das propostas de  
27 conteúdos e elementos concretos que façam do  
28 AGIT uma ferramenta de elevação das  
29 consciências da Juventude e o potenciem como  
30 elemento de agitação. Para este efeito é  
31 determinante garantir um estilo de trabalho  
32 audaz no que toca à periodicidade da sua  
33 produção, almejando uma maior e bem definida  
34 regularidade de publicações, exigindo-se a  
35 consolidação de práticas positivas de  
36 alargamento da venda e compra regular na  
37 organização.

38 No trabalho da organização é fundamental fazer  
39 do AGIT reflexo da nossa ligação à vida, garantir  
40 que é bem construído, que o seu conteúdo  
41 emerge das aspirações da juventude, que dá  
42 expressão ao desporto, à cultura, ao movimento  
43 juvenil, à cultura popular, que se abre para fora e  
44 inclui as dinâmicas da juventude. Uma  
45 publicação que apresente à juventude a

46 alternativa que pretendemos edificar, que inova e  
47 acompanha as dinâmicas juvenis com as suas  
48 especificidades e particularidades, que suscita a  
49 curiosidade aos jovens, de norte a sul, do litoral  
50 ao interior, até às ilhas.

51 **4.4.9.** Em face da intensa ofensiva ideológica, a  
52 que os membros da JCP não são impermeáveis,  
53 cabe à organização acompanhar e contribuir  
54 para a **formação ideológica**, garantindo a cada  
55 um as ferramentas para analisar as contradições  
56 do capitalismo e para o superar. O  
57 desenvolvimento ideológico de cada jovem é a  
58 garantia da confiança que empenha na sua  
59 intervenção e da convicção de que o mundo novo  
60 pelo qual luta é justo e possível, que o futuro dos  
61 povos é o socialismo e o comunismo.

62 O marxismo-leninismo não é uma enciclopédia e  
63 o materialismo dialéctico não é um cardápio de  
64 fórmulas. Se a teoria enforma a prática,  
65 dialeticamente, também a prática informa a  
66 capacidade de aplicar a teoria. A prática  
67 revolucionária: o conhecimento da realidade  
68 concreta da juventude portuguesa, o trabalho em  
69 unidade, o desenvolvimento da luta, a  
70 compreensão das especificidades do nosso País  
71 e do nosso povo e do factor subjectivo sobre o  
72 qual intervimos, são componentes estruturantes  
73 na formação ideológica dos jovens comunistas.

74 Para a formação ideológica de cada camarada  
75 contribui ainda: a participação na vida da  
76 organização através da discussão colectiva em  
77 reuniões de colectivo e plenários, do conteúdo  
78 político das iniciativas do Partido e da JCP; o  
79 fomento do estudo individual das obras de Marx,  
80 Engels e Lenine, assim como de Álvaro Cunhal,  
81 entre outros; a leitura regular do Avante!, de O  
82 Militante e do AGIT para aprofundar o  
83 conhecimento da proposta e intervenção do  
84 partido e do desenvolvimento da luta no nosso  
85 País; e a formação ideológica promovida pelo  
86 Partido e pela JCP.

87 Importa avançar num trabalho de formação  
88 ideológica regular, com mais cursos regionais e  
89 centrais, a construção de bibliotecas regionais  
90 com uma bibliografia mínima, a disponibilização

1 de elementos para a formação ideológica no sítio  
2 da JCP.

3 **4.4.10.** Desde o 12.º Congresso da JCP o  
4 balanço do trabalho de **propaganda** é positivo,  
5 tendo-se dado passos na propaganda nas  
6 diversas plataformas digitais, expandindo a  
7 influência e alcance da JCP. Não obstante,  
8 persistem debilidades, que importa superar,  
9 resultantes das dificuldades de um tratamento  
10 diferenciado para cada um dos suportes  
11 específicos. Importa ainda envolver o conjunto da  
12 organização na preparação e produção da  
13 propaganda física e dos conteúdos digitais,  
14 garantindo que estes exprimem as dinâmicas  
15 concretas em que os comunistas intervêm.

16 Com o objectivo de dar resposta à intensa  
17 ofensiva ideológica, os meios de imprensa e  
18 propaganda próprios, são da maior importância,  
19 necessitando que estes se encontrem ligados às  
20 reivindicações concretas, caracterizados pela  
21 criatividade, força e alegria, contribuam para uma  
22 significativa presença de rua. O trabalho de  
23 propaganda é responsabilidade de toda a  
24 organização, exigindo-se que se prossiga na  
25 responsabilização de mais quadros nas regiões  
26 por esta tarefa, assim como a sua divulgação, de  
27 forma a tirar proveito dos avanços tecnológicos  
28 na produção de vídeos e outros, tornando a  
29 informação acessível a todos.

30 **4.4.11.** Festa de Abril, dos trabalhadores e do  
31 povo, a **Festa do Avante!** nasceu do projecto  
32 que temos para o nosso País. Pelas suas  
33 características únicas, pelo seu carácter de  
34 massas, por ser um símbolo de alegria,  
35 liberdade, resistência e coragem é a Festa que a  
36 juventude fez sua. Adquire, no imediato,  
37 particular importância a construção da 50.ª  
38 edição da Festa do Avante!, que exige a sua  
39 preparação e planificação com entusiasmo e  
40 criatividade.

41 A JCP dá um contributo determinante para o  
42 êxito da Festa, na sua construção e divulgação,  
43 assim como a Festa contribui decisivamente para  
44 as próprias características da JCP. Destaca-se a  
45 Carrinha da Festa, as bancas de divulgação e

46 venda da EP, a dinamização de torneios,  
47 debates, concertos por todo o País, as brigadas  
48 e jornadas de construção, a própria Cidade da  
49 Juventude e as brigadas de contacto durante a  
50 Festa. Enquanto resultado da discussão e  
51 trabalho colectivos, potencia o envolvimento de  
52 centenas de jovens, muitos dos quais amigos da  
53 JCP, novos recrutamentos, a responsabilização  
54 de camaradas e a formação de quadros. A tarefa  
55 de descentralização, compra e venda antecipada  
56 da EP (Entrada Permanente), um título de  
57 solidariedade com o Partido e a Festa!, é uma  
58 tarefa de toda a organização, que tem de ser  
59 aprofundada.

60 O **Concurso de Bandas Novos Valores** é uma  
61 expressão juvenil fundamental da luta em defesa  
62 da cultura para todos, da livre criação e fruição  
63 cultural, da cultura como pilar da democracia. É  
64 responsabilidade de todos dinamizar o Concurso  
65 de Bandas, a sua divulgação e envolvimento de  
66 outros, a partir das posições da JCP sobre a  
67 cultura e da sua ligação aos anseios e  
68 reivindicações da juventude.

69 **4.4.12.** O **trabalho de recolha financeira e**  
70 **gestão dos fundos** da JCP contribui para os  
71 objectivos mais gerais que definimos para a  
72 organização, assim como devem contribuir para  
73 a defesa da independência financeira e  
74 ideológica do Partido. Foram dados passos na  
75 organização e sistematização do trabalho nas  
76 Organizações Regionais da JCP. Mantém-se,  
77 contudo, debilidades na recolha da quota e no  
78 planeamento do trabalho de fundos a nível  
79 regional.

80 No sentido da estruturação do trabalho de fundos  
81 importa, associado ao reforço da iniciativa  
82 própria das organizações regionais, fomentar a  
83 discussão nos colectivos e organismos  
84 intermédios em torno da necessidade do reforço  
85 da recolha financeira, tendo como objectivo o  
86 cumprimento das metas definidas e o objectivo  
87 de assegurar a actividade do colectivo com os  
88 meios recolhidos. Assim, exige-se a  
89 responsabilização, o planeamento, a iniciativa  
90 própria na edição de materiais, iniciativas e  
91 abordagens.

1

2

\*\*\*

3

4 Os jovens comunistas, organizados e unidos com  
5 todos os jovens que se revoltam contra as  
6 injustiças, lutam pela construção do mundo novo,  
7 pela Escola e Ensino Superior de Abril, pelo  
8 aumento dos salários e pelo fim da precariedade,  
9 pelo fim de todas as formas de discriminação,  
10 pela ruptura com a política de direita e a  
11 construção de uma alternativa política patriótica  
12 e de esquerda, pela Democracia Avançada, com  
13 os valores de Abril no futuro de Portugal, pelo  
14 Socialismo e o Comunismo.